



# **ACADEMIA MILITAR**

## **DIRECÇÃO DE ENSINO**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES - ESPECIALIDADE SEGURANÇA (GNR)**

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

#### **A INFLUÊNCIA DOS SOLÍPEDES NA INTERACÇÃO COM A POPULAÇÃO**

**AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Rui Pedro Oliveira Rito Costa**  
**ORIENTADOR: Capitão de Cavalaria Pedro Miguel Rico Ramalho**

**LISBOA, AGOSTO DE 2011**



**ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES - ESPECIALIDADE SEGURANÇA (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**A INFLUÊNCIA DOS SOLÍPEDES NA INTERACÇÃO COM A  
POPULAÇÃO**

**AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Rui Pedro Oliveira Rito Costa  
ORIENTADOR: Capitão de Cavalaria Pedro Miguel Rico Ramalho**

**LISBOA, AGOSTO DE 2011**

# DEDICATÓRIA

À minha Família e amigos do XVI Curso de Oficiais da GNR....

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado do trabalho, dedicação, disponibilidade, compreensão e do sentido crítico de pessoas que merecem o meu mais sincero agradecimento.

Agradeço em primeiro lugar ao Sr. Capitão Pedro Miguel Rico Ramalho, pelo excelente desempenho do cargo de orientador. Pela sua disponibilidade, entrega, dedicação e pelos conhecimentos práticos sobre o tema. Sem si este trabalho não teria, com certeza a mesma clareza e o rigor.

Agradeço ao Coronel Mariz dos Santos, Comandante da Unidade de Segurança e Honras de Estado, pela disponibilidade, preocupação e pela sua colaboração.

Ao Tenente-Coronel Gomes de Almeida, Comandante do Grupo de Honras de Estado, pela disponibilidade em responder à entrevista feita no âmbito deste trabalho, bem como por todo o incentivo e apoio durante a elaboração do mesmo.

Ao Tenente-Coronel Marques Inglês, Chefe da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas, por toda a informação e material disponibilizado. E por atenciosamente responder às questões da entrevista.

Ao Major Jacinto, Chefe da Repartição de Transportes e da Direcção de Recursos Logísticos, do Comando de Administração de Recursos Internos, pela disponibilidade em responder à entrevista realizada.

Ao Major Moleirinho, Instrutor \ Formador e Professor na Escola da Guarda e Academia Militar, pela ajuda prestada na elaboração do Guião de Entrevista, bem como pela disponibilidade em responder à entrevista elaborada no âmbito deste trabalho.

Ao Major Marinho, Adjunto da Repartição de Planeamento e Coordenação da Academia Militar, pelo apoio, incentivo e atenção depositada na elaboração deste Trabalho.

Ao Capitão Cristiano, Comandante do 4º Esquadrão da USHE, e ao Capitão Caeiro, Comandante do 3º Esquadrão da USHE, pela disponibilidade à recepção e pela atenciosa resposta à entrevista realizada.

À Professora Doutora Manuela Sarmiento, pela ajuda que prestou, quando lhe foi solicitada, no encaminhamento lógico da elaboração do trabalho de campo.

A todos, o meu sincero Obrigado.

## RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada visa analisar o contributo do “patrulhamento a cavalo” para o “policiamento de proximidade”, empregue na área metropolitana de Lisboa, pelo 3º e 4º Esquadrão da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Para a sua concretização, utilizaram-se diferentes fases e métodos de investigação, como a análise documental, e o inquérito por entrevista aos principais responsáveis por controlar, coordenar, e comandar o “patrulhamento a cavalo” na área referida anteriormente.

Na primeira parte do trabalho, foi elaborado um enquadramento teórico sobre o “policiamento de proximidade”, no que toca à sua definição e técnicas usadas, e sobre o “patrulhamento a cavalo”, no que toca à sua definição, surgimento, unidade responsável, e áreas de actuação.

Conclui-se que, um dos objectivos do “policiamento de proximidade”, é melhorar a qualidade de vida do cidadão, que passa por garantir o seu sentimento de segurança através da prevenção. A par disto, o patrulhamento é voltado essencialmente para a prevenção, sendo qualificado “patrulhamento a cavalo” quando faz uso do solípede.

Na segunda parte do Trabalho, foi feito um inquérito por entrevista a actuais e ex-comandantes de Esquadrão, ao Chefe da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da Unidade de Segurança e Honras de Estado, ao Comandante de Grupo de Honras de Estado e ao Comandante da Unidade.

No final deste trabalho concluiu-se que o “patrulhamento a cavalo” é muito vantajoso quando utilizado no “policiamento de proximidade”. Os solípedes promovem a empatia com a população, aproxima-a das Forças de Segurança. A sua utilização privilegia a visibilidade policial e a eficácia da Guarda Nacional Republicana na pro-actividade.

Recomenda-se assim que seja explorado o “patrulhamento a cavalo” exclusivo da Guarda Nacional Republicana, para efectuar “policiamento de proximidade” em áreas urbanas.

Palavras-Chave: PATRULHAMENTO, PROXIMIDADE, POPULAÇÃO, SOLÍPEDE,

CONTRIBUTO.

## ABSTRACT

This applied research consists in analyzing the contribution of the patrolling on horseback to the "proximity policing", used in the metropolitan area of Lisbon, by the 3<sup>rd</sup> and 4<sup>th</sup> Squadron of the Security and State Honors Unit.

For its implementation, we used different phases and research methods, such as the document analysis and the interview survey of the responsible for the supervision, coordination, and command of the horse patrols in the area mentioned above.

In the first part of the work, it was drawn a theoretical framework on the "policing", in relation to its definition and techniques that it uses, and about the patrolling on horseback, concerning its definition, creation, unit responsible, and areas of action.

We conclude that one of the objectives of proximity policing is to improve the quality of life of citizens, which is to ensure their sense of safety through prevention. And alongside this, the patrolling is geared primarily for prevention, being qualified as patrolling on horseback when it makes use of solipeds.

In the second part of the work, it was made a survey by interview to current and former squadron commanders, to the Head of Operations Section, Intelligence and Public Relations of the Security and State Honors Unit, the Commander State Honors Group and the Commander of the Unit.

At the end of this study we concluded that the horse patrol is very beneficial if used in policing. The solipeds promote empathy with the population, approaching them of the Security Forces. Its use improves the police visibility and the effectiveness of Republican National Guard in prevention.

Then it is recommended that the horseback patrolling exclusive of the Republican National Guard should be used to make proximity policing in urban areas.

Key-Words: PATROLLING, PROXIMITY, POPULATION, SOLIPED,

CONTRIBUTION.

# ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
ÍNDICE.....	v
ÍNDICE DE QUADROS .....	ix
LISTA DE SÍGLAS .....	x
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
EPIGRAFE.....	xv
<b>I CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>1</b>
1.1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.2 - ENQUADRAMENTO .....	1
1.3 - JUSTIFICAÇÃO .....	2
1.4 - PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO .....	3
1.5 - QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO .....	3
1.6 - OBJECTIVOS .....	3
1.7 - HIPÓTESES .....	4
1.8 - METODOLOGIA E MODELO METODOLÓGICO.....	5
1.9 - SÍNTESE DE CAPÍTULOS .....	6

<b>PARTE I – TEÓRICA .....</b>	<b>7</b>
<b>II CAPÍTULO - PATRULHAMENTO A CAVALO .....</b>	<b>7</b>
2.1 - INTRODUÇÃO.....	7
2.2 - AS PRIMEIRAS PATRULHAS A CAVALO.....	7
2.3 - REGIMENTO DE CAVALARIA.....	8
2.3.1 - MISSÃO E ATRIBUIÇÕES.....	8
2.4 - UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO .....	8
2.4.1 - MISSÃO E DEFINIÇÃO.....	9
2.4.2 - ARTICULAÇÃO .....	9
2.4.3 - ATRIBUIÇÕES .....	10
2.4.4 - PATRULHAMENTO .....	11
2.4.5 - PRINCIPAIS ÁREAS DE ACTUAÇÃO .....	12
2.5 - CONCLUSÃO.....	13
<b>III CAPÍTULO - PROXIMIDADE À POPULAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
3.1 - INTRODUÇÃO.....	14
3.2 - POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.....	16
3.3 - PREVENÇÃO .....	17
3.3.1 - VIGILÂNCIA .....	18
3.3.2 - INFORMAÇÃO .....	18
3.3.3 - VISIBILIDADE E PRESENÇA POLICIAL.....	19
3.3.4 - INTERVENÇÃO LEGAL .....	21
3.4 - CONCLUSÃO.....	21

<b>PARTE II – PRÁTICA</b> .....	22
<b>IV CAPÍTULO - TRABALHO DE CAMPO</b> .....	22
4.1 - INTRODUÇÃO.....	22
4.2 - METODOLOGIA.....	22
4.3 - UNIVERSO E AMOSTRA .....	23
4.4 - MÉTODOS E TÉCNICAS .....	24
4.4.1 - LOCAL .....	24
4.4.2 - INQUÉRITO POR ENTREVISTA .....	24
4.5 - CONCLUSÃO.....	25
<b>V CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> ..	26
5.1 - INTRODUÇÃO.....	26
5.2 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	26
5.2.1 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº1.....	26
5.2.2 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº2.....	28
5.2.3 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº3.....	29
5.2.4 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº4.....	30
5.2.5 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº5.....	31
5.2.6 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº6.....	33
5.2.7 - ANÁLISE DA QUESTÃO Nº7.....	34
5.3 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	36
<b>VI CAPÍTULO - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	38
6.1 - INTRODUÇÃO.....	38
6.2 - VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES .....	38
6.3 - REFLEXÕES FINAIS.....	40

6.4 - RECOMENDAÇÕES.....	41
6.5 - LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO .....	41
6.6 - INVESTIGAÇÕES FUTURAS .....	42
6.7 - FECHO .....	42
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>47</b>
APÊNDICE A - GÉNESE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA .....	48
APÊNDICE B - GÉNESE DO REGIMENTO DE CAVALARIA .....	55
APÊNDICE C - POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE MODELO FRANCÓFONO ....	58
APÊNDICE D - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO MODELO ANGLO-SAXÓNICO .	59
APÊNDICE E - ENTREVISTAS .....	61
<b>ANEXOS .....</b>	<b>86</b>
ANEXO A - CRIAÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA DE LISBOA.....	87
ANEXO B – ESTRUTURA DA USHE .....	89
ANEXO C – ORGANOGRAMA DO MAI .....	90
ANEXO D – EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NOS ULTIMOS SETE ANOS .....	91
ANEXO E – NOTÍCIA ACERCA DO PATRULHAMENTO A CAVALO .....	92
ANEXO F – ÁREAS DE ACTUAÇÃO DO PATRULHAMENTO A CAVALO EM LISBOA .....	94

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1 - Análise de resultados da questão N°1.....	27
Quadro 5.2 - Análise de resultados da questão N°2.....	28
Quadro 5.3 - Análise de resultados da questão N°3.....	29
Quadro 5.4 - Análise de resultados da questão N°4.....	31
Quadro 5.5 - Análise de resultados da questão N°5.....	32
Quadro 5.6 - Análise de resultados da questão N°6.....	33
Quadro 5.7 - Análise de resultados da questão N°7.....	35

## LISTA DE SÍGLAS

CEDS:	Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes
CFE:	Centro de Formação Equestre
ECS:	Esquadrão de Comando e Serviços
EP:	Esquadrão Presidencial
FFSS:	Forças e Serviços de Segurança
GHE:	Grupo de Honras de Estado
GML:	Guarda Municipal de Lisboa
GMP:	Guarda Municipal do Porto
GNR:	Guarda Nacional Republicana
GR:	Guarda Republicana
GRP:	Guarda Real de Polícia
GS:	Grupo de Segurança
MAI:	Ministério da Administração Interna
PSP:	Polícia de Segurança Pública
RASI:	Relatório Anual de Segurança Interna
RC:	Regimento de Cavalaria
SOIRP:	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
USHE:	Unidade de Segurança e Honras de Estado
ZA:	Zona de Acção

## LISTA DE ABREVIATURAS

Apud:	Citado em (por um terceiro)
Art.º:	Artigo
Ed:	Edição
Etc.	<i>Et cetera</i> (e outros – para coisas)
Nº:	Número
p.:	Página
Sic:	Assim mesmo

*“Quando o primeiro contacto com algum objecto nos surpreende e o consideramos novo ou muito diferente do que conhecíamos antes ou então do que supúnhamos que ele devia ser, isso faz que o admiremos e fiquemos espantados com ele. E como tal coisa pode acontecer antes que saibamos de alguma forma se esse objecto nos é conveniente ou não, a admiração parece-me ser a primeira de todas as paixões. E ela não tem contrário, porque, se o objecto que se apresenta nada tiver em si que nos surpreenda, não somos emocionados por ele e consideramo-lo sem paixão”.*

René Descartes

# I CAPÍTULO

## APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

### 1.1 INTRODUÇÃO

A apresentação deste trabalho é o resultado de uma investigação, desenvolvida com o objectivo de verificar de que maneira o “patrulhamento a cavalo” realizado pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) proporciona à instituição Guarda Nacional Republicana (GNR) uma aproximação das pessoas, em especial em áreas urbanas, atingindo mais facilmente o modelo de policiamento muito em voga nos dias de hoje, que é o “policiamento de proximidade”.

Esta investigação é baseada numa análise da opinião de militares da GNR com uma vivência e experiência profissional próxima do “patrulhamento a cavalo” e que proporcionam este tipo de policiamento junto da população.

### 1.2 ENQUADRAMENTO

Desde a escolha do tema, “A influência dos solípedes na interacção com a população”, tornou-se importante delimitá-lo num problema mais restrito, pois o facto de ser bastante vasto e existir uma fita temporal reduzida para a sua elaboração não iria permitir que o mesmo fosse concluído atempadamente com o sucesso desejado. No entanto, sempre com a preocupação de não elaborar um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) ambíguo e sem interesse, mas sim algo de concreto e objectivo, tentou-se caminhar em direcção a problemas actuais mais restritos, com o fim de retirar resultados pertinentes e novos para a GNR. Desta forma, seguindo sempre o tema inicial, achou-se necessário, primeiramente, delimitar o tema ao nível orgânico da GNR, circunscrevendo-se então, o estudo e investigação aos 3º e ao 4º Esquadrões da USHE, por estes desenvolverem a sua actividade operacional e de instrução, ambas a cavalo, junto dos seus quartelamentos, tendo desta forma uma relação mais directa com a comunidade e com os seus problemas.

Após isto, o tema tinha de ser limitado exclusivamente a uma actividade, que ambos desenvolvem diariamente. Dentro do alargado espectro de atribuições e actividades desenvolvidas por estes Esquadrões da USHE, optou-se então pelo “patrulhamento a cavalo”.

O tema encontrava-se ainda demasiado abrangente, pelo que foi necessário delimitá-lo apenas a uma zona pertencente à Polícia de Segurança Pública (PSP), mais concretamente à área metropolitana de Lisboa, isto pelo facto de o autor pretender analisar uma área urbana que, para além de ser um ponto de interesse turístico, atrai uma grande diversidade populacional dado as suas características geográficas.

Posto isto, concedeu-se primazia ao estudo do “patrulhamento a cavalo” junto da população que aleatoriamente caminha na rua, uma vez que é esta que usufrui do “policiamento de proximidade” e que, maioritariamente, sofre com a criminalidade e cumulativamente com o sentimento de insegurança.

### **1.3 JUSTIFICAÇÃO**

Ao ser lido o tema “A influência dos solípedes na interação com a população”, destacam-se três pontos importantes. São eles: os solípedes, a população e a interação entre estes dois. Contudo, implicitamente, está a proximidade que existe entre a polícia, que faz uso dos animais para o cumprimento da sua missão, e a população, que deseja a prevenção da criminalidade e sentir-se segura.

O termo “policiamento de proximidade”<sup>1</sup> já não é novidade. É através deste modelo de policiamento que se procura a constante aproximação aos cidadãos e a prevenção da criminalidade. São exemplos desta procura os programas especiais<sup>2</sup> adoptados actualmente pelas Forças e Serviços de Segurança (FFSS). Sendo que, as FFSS são obrigadas a realizar acções de prevenção, vigilância, informação, visibilidade e presença.

Uma vez que a forma mais usual de realizar o dito “policiamento de proximidade” é o patrulhamento, torna-se relevante estudar o benefício de efectuar este patrulhamento com recurso a solípedes \ Cavalos, dada a sua maior mobilidade, a possibilidade de efectuar uma aproximação discreta, possuir maior campo de observação e vigilância, e favorecer o contacto directo com as pessoas tal como é referido no Manual de Operações da GNR.

Os trabalhos produzidos até à presente data relacionados com esta temática, que foram alvos de análise para este trabalho, cingem-se às origens do “policiamento de proximidade”, à relação da GNR com a comunidade, ao sentimento da mesma, mas nunca abordando um dos

---

<sup>1</sup> Política de Segurança Pública, MAI.

<sup>2</sup> Programas como “Escola Segura”, “Apoio 65 - Idosos em segurança”, “Táxi Seguro” etc.

melhores meios, para efectuar o policiamento próximo da população. Por isso decidiu-se seguir por este caminho.

## **1.4 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO**

O principal objectivo que se procura atingir com a realização deste TIA é a resposta ao seguinte problema:

Qual o contributo do “patrulhamento a cavalo” da GNR para o “policiamento de proximidade”, em meio urbano?

## **1.5 QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Para se conseguir alcançar o objectivo acima referido, torna-se necessário obter resposta para outras questões que surgem, tais como: se o “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR; se o “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população; se a patrulha a cavalo capta a atenção da população; se o “patrulhamento a cavalo” proporciona maior visibilidade policial; se a patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade; se a população se aproxima espontaneamente da patrulha a cavalo; se a patrulha a cavalo é eficaz na recolha informações.

## **1.6 OBJECTIVOS**

Num passado recente, foram elaborados alguns trabalhos acerca da utilização do Cavalo, mais concretamente abordando o tipo de patrulhamento que faz uso do referido meio. Por outro lado, também a temática “policiamento de proximidade” já foi diversas vezes tratada e analisada por diversos autores.

Contudo, estas duas áreas de estudo nunca se inter-relacionaram e este tipo de patrulhamento nunca foi estudado directamente em áreas urbanas, onde está mais próximo de uma quantidade de pessoas maior. A par disto, os trabalhos publicados acerca de “policiamento de proximidade”, no que respeita ao nosso país, foram elaborados numa perspectiva de estudo de caso, restringindo-se apenas a uma determinada localidade ou área. Isto porque um tema deste tipo, para ser analisado a um nível nacional, exigiria custos extremamente elevados no que

toca a recursos logísticos e económicos, assim como levaria demasiado tempo a ser concretizado.

Por este motivo, este TIA tem incidência numa zona que ainda não foi objecto de análise, que é a zona da responsabilidade dos 3º e 4º Esquadrões de Cavalaria da USHE, na área metropolitana de Lisboa.

Assim, torna-se possível a análise de como a utilização do meio Cavalo no patrulhamento em meio urbano contribui para o “policimento de proximidade”. Esta restrição é ainda uma mais-valia, uma vez que é uma área de grande concentração populacional e da responsabilidade da PSP, que não usufrui deste tipo de meio.

No que respeita à elaboração do TIA, este é baseado inicialmente em bibliografia geral, em trabalhos, em teses publicadas e artigos relacionados com o tema em estudo, dado que, neste caso, muitos dos estudos existentes versam sobre universos e áreas bem delimitados.

Assim, o facto de este estudo ser feito sobre um tipo de meio disponível somente na GNR para a realização deste tipo de acção, que é a aproximação à população, só irá acrescentar conhecimento à instituição da GNR acerca da execução do “policimento de proximidade” em Portugal.

A enorme diversidade de costumes, de culturas e tipo de comunidade que existe na zona metropolitana de Lisboa aumentam a curiosidade em saber qual o contributo deste tipo de meio na execução do policimento junto dessa comunidade, como é visto pela população e de que forma é empregue em meio urbano. Paralelamente existe sempre o objectivo de melhorar e fazer evoluir os serviços prestados pelas FFSS, mais concretamente pela GNR, à população residente em Portugal.

## **1.7 HIPÓTESES**

Para a elaboração deste trabalho surgiram algumas dificuldades na forma como este seria abordado, o que levou à necessidade de serem seleccionadas sete hipóteses que acompanham as questões de investigação lançadas anteriormente, sendo elas que:

**H<sub>1</sub>.** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR.

**H<sub>2</sub>.** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população.

**H<sub>3</sub>.** A patrulha a cavalo capta a atenção da população.

**H<sub>4</sub>.** A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial.

**H<sub>5</sub>.** A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade.

**H<sub>6</sub>.** A população se aproxima espontaneamente da patrulha a cavalo.

**H<sub>7</sub>.** A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações.

## **1.8 METODOLOGIA E MODELO METODOLÓGICO**

A metodologia utilizada neste trabalho é, primeiramente, na sua vertente teórica, a análise de documentos, artigos de revistas, trabalhos e teses publicadas já existentes, subordinados ao mesmo tema do TIA em questão.

Foram realizadas, também, pesquisas em vários sítios oficiais da internet, que permitiram recolher informação viável e pertinente, que pudesse estar relacionada com o tema do TIA a ser elaborado.

No que se refere à segunda parte do trabalho, ou seja, a componente prática, recorreu-se a outro tipo de métodos, tendo sido elaborados e utilizados inquéritos por entrevistas semi-directivas. Foi também utilizada a observação directa realizada durante o tempo de estágio, mais concretamente, na Operação Fénix<sup>3</sup>. Embora não tendo sido feita na zona metropolitana de Lisboa, possibilitou a aquisição de conhecimentos relativos à actividade operacional desenvolvida no terreno, bem como à atitude das pessoas para com os militares a cavalo.

Para interpretação dos resultados obtidos, recorreu-se à análise qualitativa, que permitiu elaborar concepções factuais e de opinião pessoal.

Ao nível da metodologia científica, no que se refere aos critérios de redacção e apresentação do TIA, este teve como base as “Orientações para a Redacção de Trabalhos” da Academia Militar e o “Guia Prático sobre a Metodologia Científica”, da Professora Doutora Manuela Sarmento. Este TIA não foi elaborado segundo o novo acordo ortográfico.

---

<sup>3</sup>Operação desenvolvida no âmbito da peregrinação ao Santuário de Fátima a 13 de Maio.

## **1.9 SÍNTESE DE CAPÍTULOS**

Pelo facto de abordar um tema tão específico como a utilização do Cavalo no “policimento de proximidade”, entendeu-se por bem dividir o trabalho em duas partes fundamentais, que se consideram relevantes para o esclarecimento e apresentação dos resultados finais obtidos.

**Parte I** – A Parte Teórica neste trabalho destina-se à apresentação da revisão da literatura, de conceitos e ideias relacionados com o “patrulhamento a cavalo” em Portugal, e com o “policimento de proximidade”. Desta forma, é feita uma abordagem ao conceito de “patrulhamento a cavalo”, desde a sua origem até ao seu emprego operacional. É apresentada a Unidade responsável por este na área metropolitana de Lisboa bem como a sua missão, atribuições, articulação e principais áreas de actuação.

Faz-se também uma abordagem ao conceito de “policimento de proximidade” implantado pela GNR para servir a comunidade.

**Parte II** – Na parte prática, é empregue todo o estudo levantado no terreno, que deu origem a este TIA. Aqui é realizada a apresentação, a análise e a discussão dos resultados obtidos através dos inquéritos por entrevista, justificando-se também as técnicas e os meios utilizados na investigação e no tratamento de dados.

No final, é feita uma análise conclusiva, onde são referidos alguns dos benefícios que a utilização do Cavalo proporciona ao actual “policimento de proximidade”, indicando-se também algumas medidas que possam servir como melhoria ao actual sistema de “patrulhamento a cavalo” em áreas urbanas.

# PARTE I – TEÓRICA

## II CAPÍTULO

### PATRULHAMENTO A CAVALO

#### 2.1 INTRODUÇÃO

Neste Capítulo, é apresentado o aparecimento das patrulhas a cavalo, o Regimento de Cavalaria (RC), a USHE, a explicação do “Patrulhamento a cavalo” da GNR, e as principais áreas de actuação na zona metropolitana de Lisboa, possibilitando assim ao leitor a percepção da realidade deste tipo de patrulhamento.

#### 2.2 AS PRIMEIRAS PATRULHAS A CAVALO

Como se pode ler na História da GNR<sup>4</sup>, as primeiras patrulhas a cavalo, no âmbito da segurança surgem com a Rainha D.<sup>a</sup> Maria no poder. D.<sup>a</sup> Maria decide reformar a Intendência Geral da Polícia do Reino, aumentando o poder do detentor do cargo de Intendente. O Jurista Diogo Inácio de Pina Manique, nomeado para ocupar este cargo, dedica-se especialmente à causa da segurança pública. Como tal, inicialmente Pina Manique requisitou ao Exército treze **patrulhas constituídas por nove soldados de cavalaria**, e quinze de infantaria. Estas patrulhas foram distribuídas pelos bairros da capital.

A 10 de Dezembro de 1801, surge por decreto régio a Guarda Real de Polícia (GRP), “*Hei por bem criar uma Guarda Real da Polícia de Lisboa de pé e de cavalo, para vigiar na cidade de Lisboa, e para guardar pela forma e maneira que se regula no Plano*” (Decreto de 10 de Dezembro de 1801)<sup>5</sup>.

Assim sendo, surge pela primeira vez em Portugal a utilização de cavalos no âmbito da segurança pública, através de uma organização vocacionada à manutenção da ordem.

---

<sup>4</sup> Vide Apêndice A.

<sup>5</sup> Vide Anexo A.

## 2.3 REGIMENTO DE CAVALARIA

O RC<sup>6</sup> era a unidade da GNR responsável pela área metropolitana de Lisboa e pelo reforço de todo o Dispositivo Territorial, no que concerne ao “patrulhamento a cavalo”. Deste modo, a sua existência não poderia passar despercebida aquando da realização deste TIA. Para além de que é na missão e atribuições desta extinta Unidade que encontramos o enquadramento legal e orgânico do “patrulhamento a cavalo”.

### 2.3.1 MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

O RC constituía-se como uma Unidade de Reserva da GNR, vocacionada essencialmente para o serviço honorífico e de representação<sup>7</sup>. Apesar de esta ser a sua principal vocação, a actividade da mesma era bastante vasta.

Dentro das suas principais actividades<sup>8</sup> destacam-se as seguintes:

- **Patrulhamento a cavalo em apoio** à Polícia de Segurança Pública (**PSP**).
- Patrulhamento a cavalo e motorizado, **em reforço** às Brigadas Territoriais N° 2 e 3.
- Programa **Escola Segura**.
- Reforço nos períodos e **épocas festivas**.
- Aulas de equitação à **população civil**.
- Hipo terapia.

## 2.4 UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO

Através da Lei n° 63 de 2007, que veio aprovar a Lei Orgânica da GNR, a estrutura de praticamente todas as Unidades da GNR foi alterada.

Então no dia 1 de Janeiro de 2009, foi criada a USHE, herdeira de tudo o que dizia respeito ao extinto RC.

A USHE surge da fusão do RC com duas Companhias de guarnição, com a fanfarra do antigo RI e com a Banda de Música do Comando-Geral.

---

<sup>6</sup> Vide Apêndice B.

<sup>7</sup> O serviço de escolta a altas entidades é feito por intermédio dos Esquadrões a Cavalo ou do Esquadrão Motorizado.

<sup>8</sup> Vide Apêndice B.

O Despacho nº 78/08-OG, de 22 de Dezembro de 2008, veio definir as competências, a estrutura e o efectivo da USHE. Contudo, um ano após a implementação da nova estrutura, a experiência entretanto adquirida ao longo da vigência daquele despacho aconselhou a que se procedesse a alguns ajustamentos.

#### **2.4.1 MISSÃO E DEFINIÇÃO**

Assim, através do Despacho 59/09-OG, a USHE é “*a unidade de representação, de escalão brigada que, nos termos do Art.º 43.º da Lei Orgânica da GNR, para além da missão geral da Guarda, é responsável pela protecção e segurança das instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e pela prestação de honras de Estado.*”

#### **2.4.2 ARTICULAÇÃO**

A USHE em termos de articulação e dispositivo<sup>9</sup> é composta por:

- 1) Comando e Estado-Maior.
- 2) Subunidades de Infantaria e de Cavalaria, que se articulam respectivamente em Companhias/Pelotões e Esquadrões/Pelotões.
- 3) Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes.
- 4) Banda e a Fanfarra.
- 5) Charanga a Cavalos.

Ao nível do Comando e Estado-Maior, o Comando compreende: um Comandante; um 2º Comandante; um Adjunto do Comando; uma Secretaria do Comando; um Posto de Controlo de material classificado; uma Secção de Justiça e um Centro de Formação Equestre. O Estado-Maior compreende: um Chefe de Estado-Maior; uma Secção de Operações, Informações e Relações Públicas (SOIRP); Secção de Formação e Treino; uma Secção de Recursos Humanos e uma Secção de Recursos Logísticos e Financeiros.

Ao nível das Subunidades de Cavalaria e Infantaria compreende: o Grupo de Honras de Estado (GHE); o Grupo de Segurança (GS), o Esquadrão Presidencial (EP), e o Esquadrão de

---

<sup>9</sup> Vide Anexo B.

Comando e Serviços (ECS). O GHE é constituído pelo 2º Esquadrão (moto) e pelo 3º e 4º Esquadrões a cavalo. O GS é constituído respectivamente pela 1ª e 3ª Companhia de Infantaria. O EP manteve, ao nível orgânico, o anterior efectivo e as atribuições continuam inalteradas. O ECS foi cedido pela Unidade de Apoio de Serviços da Secretaria-Geral da GNR.

É também relevante e necessário referir que Subunidades como o CEDS, o CFE e o EP são orgânicos da Arma de Cavalaria, devido à sua vertente mais técnica e específica que só a Arma lhes consegue conferir.

### **2.4.3 ATRIBUIÇÕES**

Tendo por base o Despacho 59/09-OG, a USHE para além das competências decorrentes da sua missão geral, compete-lhe ainda:

- 1) *“Garantir a prestação de Honras de Estado confiadas à Guarda, bem como as superiormente determinadas, sem prejuízo das atribuições do EP;*
- 2) *Garantir a segurança às instalações dos órgãos de soberania, designadamente dos Palácios de S. Bento e das Necessidades, assim como de outras que lhe forem confiadas;*
- 3) *Garantir a segurança e prestação de honras de Estado no Palácio Nacional de Belém;*
- 4) *Manter em prontidão um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção em acções de manutenção e restabelecimento da ordem pública;*
- 5) *Nomear, sempre que necessário, oficiais de segurança ou ligação para os órgãos de soberania;*
- 6) *Garantir a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes, a inspecção técnica e a uniformização de procedimentos de unidades a cavalo e da equitação;*
- 7) *Assegurar, sob supervisão do comando da doutrina e formação, a instrução específica de cavalaria;*
- 8) *Realizar acções de natureza preventiva e efectuar o emprego operacional dos seus meios em reforço das unidades.”*

É importante destacar a realização de diversas actividades de âmbito civil por parte da USHE. Destacando-se assim:

- Hipo terapia.
- O protocolo com a Associação de Recuperação de Jovens Delinquentes com inserção no mercado de trabalho.
- Participação/figuração em filmes, espectáculos e touradas à moda antiga portuguesa.
- Colaboração em diversos eventos, como procissões e romarias.

## 2.4.4 PATRULHAMENTO

### 2.4.4.1 Definição e Objectivos do Patrulhamento

Segundo o Manual de Operações da GNR, Volume II, Título II, Capítulo I, o patrulhamento é *“...uma acção essencialmente preventiva e de vigilância, efectuada por uma força de efectivo variável, devidamente instruída, uniformizada, armada, equipada e comandada, destinada ao cumprimento da missão geral da Guarda ou, de uma missão específica.”*

O patrulhamento tem como **principais objectivos** *“...a vigilância e a fiscalização, com uma finalidade essencialmente preventiva, visando a manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis, e constitui importante fonte de informação, elemento primordial na orientação da actividade de polícia.”*

A vigilância tem por objectivo a informação destinada a habilitar qualquer militar da Guarda a prevenir possíveis perturbações e a adoptar as necessárias providências para atalhá-las, quando se produzam.

A fiscalização e vigilância efectuadas durante as acções de patrulhamento podem assumir dois aspectos verdadeiramente distintos: a fiscalização e vigilância de uma forma geral e abrangente e a fiscalização e vigilância especial, cujo objectivo é mais restrito e particular.

Segundo o Manual de Operações, as acções de patrulhamento são desempenhadas por forças de dois ou mais elementos que se dominam patrulhas ou, em determinadas circunstâncias, por militares isolados.

#### 2.4.4.2 Caracterização do Patrulhamento a Cavalos

Segundo o Manual de Operações o patrulhamento pode ser classificado, quanto à sua mobilidade, em patrulhamento a pé, a cavalo, auto, em moto, em embarcações, em helicóptero e aeronaves, ou misto.

O patrulhamento executado com recurso a pessoal montado a Cavalos, é designado por “patrulhamento a cavalo”.

*O “patrulhamento a cavalo” é caracterizado por “...um médio raio de acção, consequência de uma maior velocidade de deslocação (6km/h), possibilidade de acesso a quase todos os locais, aproximação discreta, possibilita ao patrulheiro um grande campo de observação e uma razoável capacidade de perseguição, favorecendo o contacto directo com pessoas e locais.*

*Pela sua imponência, a patrulha a cavalo é um factor desencorajador de acções contra a sua segurança.”*

As patrulhas a cavalo efectuam o deslocamento de acordo com as características do terreno em que se encontram. Em caminhos ou estradas devem seguir a par, ocupando as bermas se estas existirem.

#### 2.4.5 PRINCIPAIS ÁREAS DE ACTUAÇÃO

As áreas em que o “patrulhamento a cavalo” é empenhado na zona metropolitana de Lisboa mantiveram-se após a extinção do RC.

A Directiva nº 1, de 20 de Setembro de 1993, do RC da GNR, define as áreas onde é efectuado “patrulhamento a cavalo” na cidade de Lisboa<sup>10</sup>, pelos 3º e 4º Esquadrões, respectivamente.

O 3º Esquadrão da USHE, é responsável pelo “patrulhamento a cavalo” em:

- Campo Grande.
- Alameda.
- Chelas.
- Marvila.
- Parque das Nações.
- Lumiar.

---

<sup>10</sup> Vide Anexo F.

O 4º Esquadrão da USHE, é responsável pelo “patrulhamento a cavalo” em:

- Parque Eduardo VII.
- Estádio Nacional.
- Ajuda (Santo Amaro, Restelo e Universidades).

## **2.5 CONCLUSÃO**

Neste capítulo, foi abordado o “patrulhamento a cavalo”, desde o seu surgimento até aos dias de hoje. O “patrulhamento a cavalo” surge oficialmente no decreto que cria a GRP.

A Unidade da GNR actualmente responsável por este tipo de patrulhamento, na zona metropolitana de Lisboa, e em reforço de todo o dispositivo Territorial, é a USHE. Por sua vez, esta Unidade é responsável pelo patrulhamento, que tem por finalidade a vigilância e a prevenção e que faz uso do Cavalo como meio de deslocamento.

# III CAPÍTULO

## PROXIMIDADE À POPULAÇÃO

### 3.1 INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante evolução e, a par deste fenómeno, os organismos que prestam serviço à sociedade necessitam de a acompanhar para conseguir uma eficiente e eficaz administração e gestão daqueles que a constituem. Como tal, esses organismos precisam de estar próximos da evolução e de quem a promove, para que se consiga responder às suas exigências.

No caso das FFSS, e em específico da GNR, prestadora do serviço de segurança, o conjunto dessas necessidades traduz-se na prática de “policiamento de proximidade”, uma vez que é a GNR que necessita de se adaptar à sociedade moderna, aproximando-se da população em geral, mas em especial dos grupos sociais mais vulneráveis (Ministério da Administração Interna [MAI], 1999).

Devido ao contacto permanente entre as FFSS e a população, muitas vezes são obrigadas, no âmbito da sua actuação, a acolher e a ouvir aqueles que tenham sido alvo de uma acção condenável em sociedade, ou, por outro lado, a fornecer qualquer informação útil requerida pelo público. Este público é composto por cidadãos conhecedores dos seus deveres e direitos e desta forma exige uma melhor satisfação das suas necessidades (MAI, 1999).

Esta necessidade de satisfação, por parte dos cidadãos, aumenta ainda mais com algumas problemáticas que surgem no quotidiano, como é o exemplo do elevado crescimento demográfico que se verificou em zonas suburbanas, degradadas e altamente carenciadas, que desta forma desenvolveram as melhores condições para o aumento da criminalidade, fazendo crescer os apelos feitos pelos cidadãos à polícia (Alves, 2008).

A qualidade de vida dos cidadãos depende directamente da criminalidade, e o seu crescimento ou decréscimo está intimamente relacionado com sua a prevenção.

Contudo, a ideia de que a prevenção é da exclusiva responsabilidade das FFSS, está a cair em desuso. Desta forma, é necessária uma aproximação das pessoas às polícias em geral.

Assim, a filosofia de intervenção policial mais em voga, quer em Portugal quer na maior parte das democracias modernas, é o “Policimento de Proximidade”<sup>11</sup> ou “Policimento Comunitário”<sup>12</sup>, segundo a designação francesa ou anglo-saxónica, respectivamente. Esta nova abordagem do fenómeno criminal assenta na premissa de que a efectividade do trabalho de prevenção criminal e a diminuição do sentimento de insegurança da sociedade aumentam substancialmente com o envolvimento da comunidade (MAI, 1999).

Contudo, neste TIA apenas é abordado o conceito de “policimento de proximidade”, ou seja a designação francesa.

Embora se fale, em Portugal, de “Policimento de Proximidade” e de “Policimento Comunitário”, o autor decidiu-se, no presente trabalho, pelo estudo do contributo que o emprego dos solípedes poderá ter no “policimento de proximidade”, uma vez que o termo “policimento de proximidade” provém de um país com um sistema policial<sup>13</sup> mais próximo do sistema policial português<sup>14</sup>.

O “policimento de proximidade” está intimamente ligado ao conceito de insegurança que, através do Dicionário On-line da Porto Editora, é definida como a falta de segurança, ou a presença numa situação que cause ameaça ou perigo.

A insegurança é considerada também como um sentimento que afecta grandemente a sociedade e que se alimenta de crises do dia-a-dia ou de ameaças resultantes dos processos de leitura que cada pessoa tira da realidade circundante (Alves, 2008).

Este sentimento é, maioritariamente, originado através da criminalidade que Alves (2008) refere como sendo a delinquência juvenil, a pequena criminalidade, a violência urbana, o tráfico de droga, a alta violência, o crime organizado e o terrorismo, dado que são os tipos de criminalidade que afectam directamente a segurança da comunidade envolvente, ao invés de crimes como a violência doméstica.

Para suprimir este problema, as FFSS executam um policimento próximo da comunidade, com o objectivo de esta se sentir tranquila, mais segura e com confiança em quem presta esse serviço.

---

<sup>11</sup> Vide Apêndice 6.

<sup>12</sup> Vide Apêndice 7.

<sup>13</sup> Em França, o Estado é responsável por proteger pessoas e bens, manutenção da ordem pública e aplicação da lei. Essas tarefas são realizadas por duas instituições, a “Police Nationale” e a “Gendarmerie Nationale”.

<sup>14</sup> Vide Anexo C.

### 3.2 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

Os cidadãos, a cada dia que passa são detentores de mais conhecimentos e informações, fazendo exigências no que diz respeito ao trabalho que as FFSS têm que desempenhar para criarem uma resposta rápida aos problemas que surgem nos seus quotidianos.

A par disto, as FFSS, nos dias de hoje, podem encontrar uma população mais activa cujos elementos, para além de serem receptores directos dos serviços prestados por este policiamento, também participam nestes mesmos serviços com o objectivo de contribuir para a segurança de todos (MAI, 1999).

No entanto, este tipo de policiamento não se pode limitar à reacção perante os acontecimentos, aspirando também conseguir uma antecipação, estando sempre pronta a intervir e fazendo com que o patrulheiro tenha uma implicação pessoal na resolução dos diversos tipos de conflitos sociais, procurando alternativas, bem como antecipar actos condenados pela sociedade ou crimes que possam ocorrer (MAI, 1999).

Posto isto, o “policiamento de proximidade” exige que as FFSS que o executam conheçam o território de tal forma que os seus métodos de trabalho e implementação no terreno permitam uma proximidade da população. Contudo, o “policiamento de proximidade” de que se tem vindo a falar até ao momento requer não só um aumento da qualidade de acção das FFSS, mas também um aumento na sua **visibilidade e capacidade de inserção** na vida das comunidades. Por sua vez, este aumento só é possível se as FFSS **promoverem o diálogo** permanente com a comunidade e com as entidades civis que a representam (MAI, 1999).

Consequentemente, este tipo de actuação origina um sistema de policiamento mais visível, mais preventivo, mais eficaz e acima de tudo mais empático com as populações, a fim de criar nelas um espírito de cooperação e confiança nas FFSS, reduzindo a criminalidade e o sentimento de insegurança.

Através da 4ª Edição do Barómetro ADT Fire & Security [4EBADTF&S] (2009), é possível verificar que mais de metade dos portugueses inquiridos considera que a insegurança aumentou em 2009, apesar de haver uma diminuição<sup>15</sup> da criminalidade no ano 2009 em relação a 2008.

De acordo com Oliveira (2006), apesar de o mal-estar social ser originado pela associação da criminalidade ao sentimento de insegurança, pode-se afirmar que medir o sentimento de

---

<sup>15</sup> Vide Anexo D.

insegurança se mostra quase impossível, dado que, mesmo com a diminuição da criminalidade, a população não se sente mais segura.

Segundo o MAI (1999), a relação interactiva e dinâmica entre a GNR e a comunidade, é um dos factores mais importantes, fazendo com que se promova a troca de informações entre os dois, encontrando-se assim todos envolvidos na resolução de problemas. O que se pretende, com este tipo de policiamento, é desenvolver uma polícia **pró-activa** em detrimento de uma polícia reactiva.

*Como tal, “ a acção policial neste âmbito caracteriza-se por uma abordagem pró-activa do serviço prestado pelas Forças de Segurança, dirigida para a **prevenção** da criminalidade e para a solução dos problemas da comunidade, preconizando uma envolvência de todos os actores sociais na prevenção e combate aos fenómenos potenciadores do sentimento de insegurança.” (Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], 2010 p. 125)*

O “policiamento de proximidade” é, então, um policiamento feito junto das comunidades onde são criadas **empatias e sinergias**, no sentido de lhes prestar o apoio necessário.

Este policiamento constitui uma nova filosofia e uma nova estratégia organizacional que permite às FFSS e à comunidade trabalharem em conjunto para conseguirem encontrar formas inovadoras de resolver os problemas sentidos por todos. Todavia, isto não significa que este policiamento acabe com todos os problemas que emergem na comunidade, apenas aponta mais formas para fazer frente a estes problemas. Significando também que, para perceber as ilegalidades ou incivildades existentes num local, é necessário haver um estudo rigoroso dos factores que as provocam, o qual pode ser conseguido através da **comunicação e interacção** com a comunidade (MAI, 1999).

### 3.3 PREVENÇÃO

Os dois pilares fundamentais no “policiamento de proximidade” são a **prevenção** e a qualidade de serviço (MAI, 1999).

No acto de policiar, são as acções de prevenção que se mostram mais importantes, não descurando a qualidade na prestação de serviços, dado que é esta prevenção que irá influenciar a confiança da população na GNR (MAI, 1999).

Para além disto, são as técnicas de prevenção as mais utilizadas por quem executa o “policiamento de proximidade”, o patrulheiro.

Segundo MAI (1999), esta prevenção traduz-se em quatro modalidades, sendo elas: a vigilância, a informação, a visibilidade e a intervenção legal.

### 3.3.1 VIGILÂNCIA

Vigilância, de acordo com o Dicionário On-line da Porto Editora, consiste em observar atentamente, examinar, fiscalizar, verificar, guardar, e é também o acto de prevenir.

Esta modalidade deve ser direccionada para todos os problemas que se encontrem já identificados como sendo aqueles que geram a insegurança e o mal-estar entre as populações. Problemas que podem ir desde a falta de iluminação num local aos **furtos** que possam ocorrer, ou à **concentração de grande número de pessoas**.

Desta forma, a vigilância irá incidir na observação desses locais onde poderão ocorrer potenciais ilegalidades, mas também locais onde se possam vir a praticar crimes ou incivildades (MAI, 1999).

Para uma maior eficácia da vigilância, deverá esta também ser praticada pelas instituições informais de controlo social, tais como a família, a escola e a igreja. A par disto, poderão ser realizadas acções de sensibilização com o objectivo de se alertar toda a população que a própria segurança começa neles e que deve ser transmitido às FFSS todas as situações que achem ser anormais, contribuindo todos, de uma forma activa, para diminuir o sentimento de insegurança e para acabar com situações geradoras de conflitos (MAI, 1999).

### 3.3.2 INFORMAÇÃO

Outra das modalidades de prevenção consiste na troca de informação, ao nível da segurança e dos hábitos preventivos, entre as FFSS e as populações (MAI, 1999).

Mostra-se importante que as populações tenham um conhecimento real das preocupações e do trabalho que é desenvolvido pelas FFSS, e, para que isso seja possível, é necessário estabelecer-se mecanismos fluentes de partilha e de contacto directo entre as duas partes (MAI, 1999).

Outro papel fundamental que a informação desempenha é na actualização do conhecimento população, elucidando-a de todas as situações que sejam novas para esta como a divulgação de novas leis, podendo esclarecer os seus conteúdos, actuando como reais mediadores entre a lei e a vida.

Para que tudo isto seja possível, é necessário que a população **interaja** constantemente com as FFSS.

### 3.3.3 VISIBILIDADE E PRESENÇA POLICIAL

A **presença e a visibilidade** das FFSS, num determinado local, constituem um factor fundamental na diminuição do sentimento de insegurança<sup>16</sup>, uma vez que são geradoras de tranquilidade das populações e, ao mesmo tempo, inibem e **dissuadem** a prática de crimes ou incivildades que poderiam ocorrer no local se não houvesse esta presença da patrulha (MAI, 1999).

Para a realização do “policiamento de proximidade”, as FFSS devem ter **visibilidade operacional e social** (MAI, 1999).

#### 3.3.3.1 Visibilidade Operacional

A visibilidade operacional consiste num normal patrulhamento diário de uma Zona de Acção (ZA), sendo que este é realizado apeado, com a utilização do meio auto, **equestre** ou outro. A patrulha é considerada o elemento chave do “policiamento de proximidade” pois é o patrulheiro que tem um contacto directo com a comunidade.

General L. M. N. Parreira (comunicação pessoal, 22 de Junho de 2011) afirmou que, “*Para a prossecução dos nossos objectivos, o elemento fundamental continuará a ser o patrulheiro. É ele, desde sempre o rosto da Guarda*”.

De acordo com o Decreto-Lei nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”), o patrulhamento auto deve ser prioritariamente utilizado para dar resposta rápida às solicitações tipificadas como necessitando de uma intervenção urgente.

A utilização de meios auto em grande número, em determinado local, promove a intranquilidade nas populações, uma vez que normalmente é entendida pelos cidadãos como a existência de um perigo eminente, para além de que leva à criação de um sentimento na população de delegar na GNR toda a responsabilidade de segurança, quando, contrariamente, o que se pretende com os princípios do “policiamento de proximidade” é também a responsabilização da comunidade na sua própria segurança (MAI, 1999).

---

<sup>16</sup> Vide Anexo E.

O patrulhamento deve ser direccionado para determinados locais, e não de uma forma aleatória. Isto porque o envio de uma patrulha, diariamente, para locais diferentes dos dias anteriores ou para locais onde na véspera houve problemas, com a finalidade de se fazer sentir na população que existe policiamento em todos os locais e que a situação está sob controlo, já não tranquiliza a população (MAI, 1999). O “policiamento de proximidade” deverá direccionar-se em especial para problemas, como a toxicod dependência, os crimes ou incivildades, e também a preocupação que se tem que ter com os grupos de risco, como os idosos, estudantes ou **crianças** e com todos os factores que gerem na população receios ou sentimentos de insegurança (MAI, 1999).

Desta forma o “patrulhamento a cavalo” ou apeado é uma aposta certa do “policiamento de proximidade”, sendo que possibilita aos patrulheiros a identificação das causas dos problemas da população, com vista a suprimi-los. Somente com o recurso a estes tipos de patrulhamento, apeado e equestre, se promovem ligações com as associações ou membros da comunidade local, com o objectivo de estabelecer e aumentar uma ligação de colaboração e confiança mútua, salientando ainda que, conseqüentemente, aumentam a troca de informação entre a comunidade e as FFSS, prevenindo acções futuras (MAI, 1999).

### 3.3.3.2 Visibilidade Social

Para alcançar uma **imagem positiva** das FFSS junto da população, devem ser desenvolvidas acções que fortaleçam a ligação entre ambas. As acções de visibilidade social podem materializar-se em distribuição de panfletos de esclarecimentos legislativos ou meramente informativos, em participações em eventos, em conferências ou palestras relacionadas com a segurança, em reuniões com comissões ou grupos de risco, em visitas às Unidades, ou em demonstrações como a Charanga a Cavalo e o Carrossel Moto.

Todo este tipo de acções levam a um intensificar da relação de confiança com a população, resultando daí a possibilidade para a GNR de contribuir para as discussões de planeamento urbanístico, iluminação urbana, actividades de lazer social, oferecendo à população as melhores condições de segurança e qualidade de vida (MAI, 1999).

### 3.3.4 INTERVENÇÃO LEGAL

A eficácia na identificação e detenção dos infractores da lei provoca nestes um desencorajamento a atentarem novamente contra a sociedade (MAI, 1999), dado que, se existissem problemas e ninguém fosse responsabilizado, jamais a actividade criminal era inibida.

Contudo, este tipo de actuação das FFSS exige paralelamente uma atitude positiva das mesmas, evitando uma imagem coerciva. Para isto é necessário que as FFSS apelem ao bom senso e civismo dos cidadãos aquando da sua intervenção, levando a que o infractor reconheça o valor das normas e respeite as regras sociais da vida em comunidade (MAI, 1999).

Para o devido efeito, o polícia deve efectuar tarefas como o aconselhamento, a dissuasão, o acompanhamento e a protecção, oferecendo desta forma um serviço policial básico de qualidade. Este tipo de policiamento é importante, enquanto primeira intervenção das FFSS, alertando a população para se prevenir antes e até mesmo depois de qualquer incivilidade ou crime ter ocorrido.

As acções coercivas não são postas de parte, pois também elas são uma forma de prevenir o crime e de aumentar a tranquilidade social (MAI, 1999).

## 3.4 CONCLUSÃO

Neste capítulo, é esclarecido o conceito de “Policiamento de Proximidade” como sendo um policiamento feito junto das comunidades com a finalidade de conseguir combater o sentimento de insegurança vivido por estas.

Para efectuar um “policiamento de proximidade” eficaz, existem algumas técnicas como: vigilância, informação, visibilidade e presença policial, e intervenção legal. Estas técnicas têm como principal objectivo efectuar as acções de prevenção necessárias para que a comunidade sinta confiança na actuação das FFSS.

## PARTE II – PRÁTICA

### IV CAPÍTULO

## TRABALHO DE CAMPO

### 4.1 INTRODUÇÃO

O objectivo desta parte prática é relacionar os conceitos teóricos, desenvolvidos na parte teórica, com os resultados obtidos no trabalho de campo, de forma a encontrar respostas que validem ou neguem as hipóteses elaboradas no início do trabalho.

Neste sentido, apresenta-se neste capítulo a metodologia utilizada no trabalho de campo, bem como os métodos e técnicas que contribuíram para a obtenção de informação.

### 4.2 METODOLOGIA

A realização deste TIA é, no fundo, uma pesquisa exploratória que, segundo Guerra (2010), é a procura da verificação de um modelo explicativo potencial. Ou seja, a verificação da representação hipotética<sup>17</sup> daquilo que pensamos existir na realidade.

Neste TIA, foi utilizado o método da **observação indirecta**, ou seja por inquéritos. Ao contrário da observação directa, este método permite abordar mais opiniões e experiências dos indivíduos seleccionados, de forma a obter a informação desejada (Quivy e Campenhoudt , 2008).

Neste capítulo, são aprofundadas as hipóteses de partida, que, neste trabalho, constituem, segundo Deshadies (1992), hipóteses dedutivas, dado que resultam de uma teoria capaz de estabelecer previsões. Estas hipóteses, que devem ser sempre formuladas antes do início da pesquisa, têm como objectivo conseguir toda a informação essencial para responder à pergunta principal deste trabalho, que é: **se o “patrulhamento a cavalo” da GNR, tem um contributo significativo para o “policiamento de proximidade”**.

---

<sup>17</sup> Vide Hipóteses no ponto 1.7.

Para obtenção desta resposta, foi utilizado em primeiro lugar o método **de recolha de dados preexistentes: dados documentais** (Quivy e Campenhoudt, 2008); de seguida efectuou-se a revisão da literatura, presente no II e III capítulos, e o **método inquisitivo** o qual “*é baseado no interrogatório escrito e oral*” (Sarmiento, 2008, p.4). Para isso foram realizadas oito entrevistas, feitas a actuais e ex-comandantes de Esquadrão da USHE, ao actual Comandante do GHE, ao actual Comandante da SOIRP, e ao actual Comandante da USHE.

### 4.3 UNIVERSO E AMOSTRA

Para aplicar o inquérito, é necessário definir primeiro o universo ou a população a estudar e escolher a amostra representativa deste universo, ou seja, a população que irá ser alvo do inquérito (Ghiglione e Matalon, 2001).

Como refere Hill e Hill (2009, p. 42), “*é o objectivo da investigação que define a natureza e a dimensão do universo*” e, no caso deste trabalho, o universo a ser estudado é composto por todos os Comandos Territoriais, mais especificamente todos aqueles que no território nacional têm à sua guarda solípedes, bem como os responsáveis pelo reforço, com “*patrulhamento a cavalo*”, a áreas da responsabilidade da PSP.

Devido ao tamanho deste universo, foi escolhida uma amostra representativa do mesmo, dado que seria impossível, devido ao tempo concedido para a elaboração do TIA, estudar o universo na sua totalidade.

Desta forma, escolheu-se a zona metropolitana de Lisboa cujo “*patrulhamento a cavalo*” é realizado pelo 3º e 4º Esquadrão da USHE, pelas razões descritas no capítulo I, produzindo resultados mais relevantes e mais interessantes. Outra razão para a escolha desta área surgiu pelo facto de esta ser próxima do local indicado para a elaboração do TIA, o que facilitou a recolha de informação e material, bem como uma aplicação dos métodos de pesquisa mais atenta e rigorosa.

Para “*...garantir que, a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a diversidade dos sujeitos...*” (Guerra, 2010, p. 41).

Na realização desta pesquisa apenas foi feita uma diversificação interna. Segundo Guerra (2010), ao se optar por um grupo homogéneo, como um conjunto de pessoas pertencentes à GNR, e ao ser explorada a diversidade interna desse grupo, entrevistando pessoas com diferentes cargos ou postos, está-se perante uma diversidade interna.

Desta feita, uma vez que os dados são qualitativos, tem de se optar pela amostragem de caso múltiplo, e, dentro desta, pela amostragem por contraste ou saturação. A amostragem por contraste ou saturação é aplicada a problemáticas não muito complexas e relativamente restritas, como é o caso, sendo que a finalidade é combinar a amostra por contraste e por homogeneização (Guerra, 2010).

Foram inquiridas oito pessoas, que constituem a amostra<sup>18</sup> que representa o universo. Foram inquiridos os actuais Comandantes de Esquadrão, um Ex-Comandante de cada Esquadrão, o actual Comandante do GHE, o actual Comandante da SOIRP da USHE, e o actual Comandante da USHE, uma vez que são estes os que mais directamente dirigem, controlam e coordenam o “patrulhamento a cavalo”, na área metropolitana de Lisboa.

Segundo Hill e Hill (2009, p. 42), “...o que o investigador pretende ou pode fazer, na maioria das situações, é analisar os dados da amostra, tirar conclusões, e extrapolar as conclusões para o universo”. No entanto, pelo facto desta amostra não ser representativa, devido às limitações temporais e financeiras, não se poderão extrapolar as conclusões para o universo com confiança. Todavia, poderão obter-se resultados relevantes que servirão para auxiliar futuros estudos e até a própria instituição.

## **4.4 MÉTODOS E TÉCNICAS**

### **4.4.1 LOCAL**

O TIA teve a duração de sensivelmente 10 semanas e decorreu na Escola da Guarda em Queluz, entre 23 de Maio e 5 de Agosto de 2011.

### **4.4.2 INQUÉRITO POR ENTREVISTA**

As entrevistas realizadas neste trabalho tiveram como objectivo, como referem Quivy e Campenhoudt (2008), obter informações, interpretações e opiniões em relação a um tema. Estes autores mencionam também que, neste tipo de inquérito, o entrevistado pode exprimir todas as suas percepções sobre acontecimentos e experiências, para que a obtenção da

---

<sup>18</sup> Vide Apêndice E.2.

informação, para posterior análise dos resultados, seja feita de acordo com vivências e situações que acontecem na realidade.

Assim, este inquérito foi aplicado por **entrevistas semi-directivas**<sup>19</sup>, o que permitiu, através de **observação indirecta**<sup>20</sup>, obter informações sobre o contributo que o “patrulhamento a cavalo” tem para o “policciamento de proximidade”, na zona metropolitana de Lisboa. Esta entrevista tem por base um guião<sup>21</sup>, onde se encontra uma carta de apresentação e as várias questões a colocar ao entrevistado (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Desta forma, a informação que se pretende adquirir é conseguida, e a **análise de conteúdo**<sup>22</sup> poderá ser feita de uma forma segura e fiável.

O inquérito por entrevista realizou-se entre o dia 30 de Junho e 12 de Julho de 2011, tendo o critério de escolha do inquirido recaído sobre os responsáveis pela coordenação do “patrulhamento a cavalo” na zona metropolitana de Lisboa. Estas entrevistas foram gravadas utilizando o gravador Sony modelo M-455.

As entrevistas são analisadas qualitativamente no capítulo seguinte, tal como é efectuada a discussão dos resultados das mesmas.

## 4.5 CONCLUSÃO

Para a realização da investigação utilizou-se o inquérito por entrevista com objectivo de obter respostas às questões de investigação elaboradas no início do trabalho. O inquérito por entrevista pretendeu obter informações acerca do “patrulhamento a cavalo” realizado em meio urbano e do seu contributo para o “policciamento de proximidade”.

---

<sup>19</sup> As entrevistas semi-directivas assentam numa série de perguntas - guia abertas e centradas em torno do trabalho, sendo colocadas pela ordem que a conversa, entre ambos, encaminhar.

<sup>20</sup> Na observação Indirecta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada.

<sup>21</sup> Vide Apêndice E.1.

<sup>22</sup> A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que permite a análise das ideologias reproduzidas em suporte material, como os relatórios de entrevista.

# V CAPÍTULO

## APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

### 5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretende-se fazer a apresentação e a análise dos resultados obtidos após a realização das entrevistas. O tratamento dos resultados obtidos é aqui realizado através de um conjunto de quadros de análise, em que cada um corresponde a uma questão que foi colocada a todos os inquiridos e onde constam as respectivas respostas obtidas. Deste modo, foi possível a sua análise qualitativa, fazendo um cruzamento das respostas e, por conseguinte, uma comparação crítica e discussão do seu conteúdo. As respostas obtidas foram alvo de tratamento, o qual visou retirar o excesso de informação em prol da objectividade e da simplicidade dos dados que se pretendiam obter, tendo em conta os objectivos.

### 5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

#### 5.2.1 ANÁLISE DA QUESTÃO Nº1

No quadro 5.1 apresenta-se a análise de conteúdo à questão Nº 1 - **O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?**

O objectivo desta questão era identificar se, o facto de a patrulha utilizar como meio de deslocamento o cavalo, permite que a população reconheça a presença da GNR, sem qualquer confusão com outras FFSS. Uma vez que o estudo deste TIA é direccionado para o “policiamento de proximidade” em zonas urbanas, que, na sua esmagadora maioria, é da responsabilidade da PSP.

Quadro 5.1: Análise de resultados da questão N°1.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1	X		A população em geral identifica o “patrulhamento a cavalo” como uma força da GNR, <b>mesmo quando a área é policiada pela PSP</b> .
N°2		X	O “patrulhamento a cavalo” poderá ser confundido como uma força <b>pertencente a outras FFSS</b> . A população em termos genéricos não tem consciência de que o “patrulhamento a cavalo” é uma valência única no país exclusiva da GNR.
N°3	X		Se há meio inequivocamente associado à GNR, esse meio é o cavalo.
N°4	X		Em Portugal <b>não existe outra Força de Segurança</b> que utilize solípedes.
N°5	X		O “patrulhamento a cavalo” da GNR <b>tem carácter distintivo</b> de todas as outras FFSS.
N°6	X		O facto de estarem a cavalo identifica a patrulha enquanto GNR.
N°7	X		A GNR é a única Força de Segurança que utiliza esse meio, e para além disso <b>possui dísticos</b> em todo o fardamento que identifica a força como GNR.
N°8	X		As pessoas que conhecem as diferenças entre a GNR e as outras FFSS, identificam as patrulhas a cavalo enquanto GNR.

Analisando as respostas a esta questão, pode observar-se que as opiniões são na maioria afirmativas. Ou seja, enquanto na opinião do entrevistado N°2 a população em geral não tem consciência de que o “patrulhamento a cavalo” é realizado unicamente pela GNR. Na opinião da maioria dos entrevistados, a patrulha a cavalo é identificada pela população em geral enquanto uma força pertencente à GNR. O facto de a patrulha utilizar o cavalo como meio de deslocamento, leva à sua inequívoca identificação como uma força da GNR, inclusive nas zonas da responsabilidade da PSP. O cavalo, ao ser um meio único da GNR, proporciona à patrulha a sua distinção. Para além disto, as pessoas em geral já tem conhecimento das diferenças entre as várias FFSS. Por fim, caso a pessoa tenha algum tipo de dúvida, o fardamento da patrulha a cavalo possui inúmeros dísticos que identificam a patrulha enquanto força da GNR.

### 5.2.2 ANÁLISE DA QUESTÃO N°2

No quadro 5.2 apresenta-se a análise de conteúdo à questão N° 2 - O “**patrulhamento a cavalo**” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

Quadro 5.2: Análise de resultados da questão N°2.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1	X		A população identifica a patrulha como sendo útil, como sendo dois militares amigos, <b>que promovem a segurança.</b>
N°2	X		Um dos problemas que por vezes surge é os <b>dejectos do animal.</b> Contudo esse problema é <b>perfeitamente contornável, e não provoca o desconforto dos moradores.</b>
N°3	X		A partir do momento em que permite o <b>contacto próximo com as pessoas e por iniciativa destas,</b> é extremamente positivo.
N°4	X		Apesar de que, o <b>elemento animal, aproxima sempre mais as pessoas.</b> Há uma <b>empatia natural,</b> entre as pessoas e o animal.
N°5	X		A população considera uma <b>mais-valia</b> e outra <b>forma de policiar,</b> que desenvolve um <b>sentimento de proximidade e de segurança,</b> bastante profundo.
N°6	X		Sim. Fundamentalmente porque estamos na presença de um <b>meio virado para a prevenção</b> em vez da repressão, mas também porque estamos na presença de um <b>meio que cria empatia</b> com a população.
N°7	X		Os cavalos são um factor de atracção para a população, principalmente junto dos <b>turistas e para as crianças.</b>
N°8	X		O facto de os militares utilizarem o animal e de o terem ao seu cuidado, leva a que sejam <b>acarinhados pelas pessoas.</b> Outro grande problema é os dejectos dos solípedes, mas que é contornável através de protocolos com os serviços camarários.

Esta questão tinha como objectivo perceber se a imagem das FFSS, mais concretamente da GNR, era beneficiada com a utilização dos solípedes no patrulhamento policial. Esta imagem é verdadeiramente importante ser criada para conquistar a confiança da população, alcançar a visibilidade social e alcançar os objectivos do “policiamento de proximidade”.

Analisando as respostas a esta questão, pode observar-se que as opiniões são todas afirmativas. Ou seja, todos os entrevistados afirmam que, ao utilizar o meio equestre na realização do patrulhamento, a população sente a presença de militares que lhes promovem a sua segurança. A população considera o “patrulhamento a cavalo” mais uma forma de policiar, o que desenvolve o sentimento de proximidade e segurança. A par disto, é um meio

voltado essencialmente para a prevenção e que cria empatia com a população, o que faz com que esta se aproxime por iniciativa própria.

Ao atender às respostas dos entrevistados N°2 e 8, percebe-se que a utilização dos solípedes no patrulhamento pode também prejudicar a imagem da GNR. Os solípedes deixam na sua passagem dejectos que promovem o descontentamento da população, ainda que esse problema seja contornado através de protocolos celebrados com as câmaras municipais. Contudo, como se pode ler na resposta do entrevistado N°8, o facto dos militares terem ao seu cuidado o animal, leva a que sejam “acarinhados” pela população.

### 5.2.3 ANÁLISE DA QUESTÃO N°3

No quadro 5.3 apresenta-se a análise de conteúdo à questão N° 3 - **A patrulha a cavalo capta a atenção da população?**

Quadro 5.3: Análise de resultados da questão N°3.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1	X		A patrulha capta a atenção, dado a <b>dimensão</b> do binómio, Homem-Cavalo, e pela <b>imponência</b> que este meio possui.
N°2	X		Sendo <b>raro e sendo um animal</b> , chama muito a atenção das pessoas.
N°3	X		<b>Por não ser muito comum</b> a presença destes animais em contexto urbano, a imagem de uma patrulha é forte e <b>fica gravada na memória</b> , o que incrementa a sensação de segurança.
N°4	X		A população tem tendência a ficar a observar a patrulha, pela curiosidade em relação aos cavalos. Em especial capta a atenção das <b>crianças</b> e dos <b>turistas</b> .
N°5	X		Em meio urbano capta muito a atenção, porque as pessoas <b>não estão acostumadas</b> a ver cavalos na rua, causa inclusive uma certa <b>admiração</b> .
N°6	X		Sim. Em primeiro lugar, porque é um meio <b>invulgar</b> , a população não está acostumada a ver cavalos no seu dia-a-dia. Em segundo lugar porque <b>as pessoas</b> , principalmente as crianças, ficam <b>fascinadas</b> ao ver os cavalos.
N°7	X		Dada a sua visibilidade, e a <b>curiosidade</b> das pessoas, faz com que as mesmas se aproximem do guarda, desejem tirar fotografias, tocar e inclusive montar.
N°8	X		Em qualquer local que passa uma patrulha a cavalo a população <b>dá atenção à sua passagem</b> . As pessoas, a pé ou de carro, <b>param para observar</b> as patrulhas a cavalo. A imagem de um militar a cavalo é <b>retida na memória</b> de qualquer pessoa por muito mais tempo.

A questão Nº 3 pretendia esclarecer se o “patrulhamento a cavalo” prendia a atenção das pessoas que se cruzam diariamente com as patrulhas. Desta forma, pretendia-se apurar se a presença da patrulha a cavalo era notada pela população, que cada vez mais exige policiamento mais próximo.

Após a análise das respostas dos entrevistados, conclui-se que, na opinião de todos, a patrulha a cavalo capta a atenção da população. As razões pelas quais dão uma resposta positiva apoiam-se no facto do Cavalo possuir um volume considerável, e principalmente por ser algo de enorme raridade, o que na opinião do entrevistado Nº5, provoca admiração nas pessoas, e até o fascínio das crianças, segundo o entrevistado Nº6. Para além de que, segundo os entrevistados Nº4 e 8, a população tem tendência a ficar a observar a patrulha a cavalo.

Na opinião dos entrevistados Nº 3 e 8 a imagem de uma patrulha a cavalo é retida na memória das pessoas por muito mais tempo.

#### **5.2.4 ANÁLISE DA QUESTÃO Nº4**

No quadro 5.4 apresenta-se a análise de conteúdo à questão Nº 4 - **A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

O objectivo desta questão era verificar se o patrulhamento utilizando o cavalo como meio de deslocamento garantia a transmissão de maior presença e visibilidade policial em determinado local, sendo que a presença e visibilidade são um factor fundamental na diminuição do sentimento de insegurança, uma vez que são geradoras de tranquilidade das populações (MAI, 1999).

Ao analisar as repostas dos entrevistados, verifica-se que todos responderam que uma patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial. A justificação destas respostas afirmativas está relacionada com o facto da patrulha a cavalo estar num plano muito superior ao nível do solo, destacando-se e sobressaindo pela sua silhueta. Quer seja junto de aglomerados populacionais, quer seja na própria paisagem, a patrulha a cavalo é mais visível a grandes distâncias do que outro tipo de patrulhamento.

Quadro 5.4: Análise de resultados da questão N°4.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1	X		O “patrulhamento a cavalo” <b>transmite</b> facilmente a <b>presença</b> da força no terreno.
N°2	X		O “patrulhamento a cavalo” tem a vantagem da <b>altura e do volume, sobressaindo</b> entre grandes <b>aglomerados populacionais</b> e na própria <b>paisagem</b> .
N°3	X		Pela mobilidade e também porque <b>a silhueta da patrulha se destaca a grande distância</b> , as pessoas não ficam indiferentes quando se cruzam com estas forças.
N°4	X		O nível de visibilidade de uma patrulha a cavalo é muito superior ao de qualquer outro tipo de patrulhamento. O <b>militar encontra-se sobrelevado</b> em relação a tudo o resto. É observada a uma distância muito maior e <b>sobressai na paisagem</b> .
N°5	X		Sendo menos usual poderá transmitir a ideia de maior policiamento e segurança.
N°6	X		A patrulha a cavalo está a um <b>nível do solo</b> muito <b>superior</b> (ostenta <b>presença</b> e permite <b>ser observada</b> ), e é mais lenta (permite interagir), ao contrário da patrulha auto. E sendo pouco habitual, a sua presença é notada <b>mais facilmente</b> pela população.
N°7	X		Para além de ter uma velocidade de deslocamento mais lenta, devido ao seu <b>volume</b> , permite que o <b>militar sobressaia</b> relativamente a tudo o resto.
N°8	X		A população não repara em patrulhas apeadas, porque são mais usuais, e quando vêem patrulhas auto, consideram-na como um deslocamento administrativo ou em deslocamento a uma ocorrência.

### 5.2.5 ANÁLISE DA QUESTÃO N°5

No quadro 5.5 apresenta-se a análise de conteúdo à questão N° 5 - **A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

A questão N°5 tinha como objectivo verificar se a patrulha a cavalo, por utilizar um meio que naturalmente possui vantagens e desvantagens, produz aquando da sua utilização resultados na prevenção da criminalidade, uma vez que, aliado ao “policiamento de proximidade”, está a pro-actividade das FFSS. Segundo o MAI (1999), ao realizarmos “policiamento de proximidade” as acções policiais devem ser voltadas para a prevenção e não para a repressão.

Tal como refere o entrevistado N°3, o facto da patrulha a cavalo ser identificada enquanto Força de Segurança leva a que a criminalidade diminuía ou mesmo não exista.

Contudo, após analisadas as respostas a esta questão, constata-se que os entrevistados afirmam que a patrulha a cavalo tem eficácia na prevenção da criminalidade.

Exceptuando-se a resposta dos entrevistados N°3 e 7, a patrulha a cavalo possui um campo de visão muito alargado e permite observar a longas distâncias. Deste modo o “patrulhamento a cavalo” proporciona maior eficácia às FFSS no que respeita à vigilância que, segundo MAI (1999), constitui um dos pilares para a prevenção. A par disto, a patrulha a cavalo, segundo os entrevistados N° 5 e 6, possui grande mobilidade.

Apesar do entrevistado N°7 afirmar que a patrulha a cavalo tem limitações, estas estão relacionadas com a repressão.

Quadro 5.5: Análise de resultados da questão N°5.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1	X		A patrulha a cavalo tem um <b>campo de visão</b> muito maior que outro tipo de patrulha. A patrulha a cavalo <b>dissuade o potencial infractor</b> .
N°2	X		Zonas estritamente urbanas, extremamente edificadas e com <b>ruas estreitas</b> , provocam <b>grandes limitações</b> ao “patrulhamento a cavalo”. O polícia encontrar-se numa <b>posição sobre elevada</b> , permitindo um <b>maior alcance de observação</b> . Tem um enorme rendimento em espaços amplos, como parques de diversão, jardins, <b>parques de estacionamento</b> , e avenidas.
N°3	X		A partir do momento em que está presente uma força identificada, é natural que a criminalidade diminua ou mesmo não exista. E isto passa-se, independentemente do tipo da força.
N°4	X		O “patrulhamento a cavalo” é eficaz fruto do seu <b>ângulo e alcance de observação</b> , sobretudo perante grandes <b>aglomerados de pessoas</b> , ou locais onde haja grandes <b>parques de estacionamento</b> .
N°5	X		Sobretudo quando é necessária uma <b>aproximação mais silenciosa e maior mobilidade</b> . Para além de que a utilização deste meio, proporciona um <b>campo de observação muito superior</b> .
N°6	X		Poderá verificar-se maior eficácia, dado que o “patrulhamento a cavalo” tem <b>maior campo de observação</b> que qualquer outro tipo de patrulhamento, e tem a vantagem de <b>maior mobilidade</b> em relação ao patrulhamento apeado, e <b>maior proximidade</b> do que o patrulhamento auto.
N°7	X		É eficaz sem dúvida nenhuma. Contudo a patrulha a cavalo <b>está limitada</b> a algum tipo de actividade policial, como por exemplo a efectuar detenções.
N°8	X		Não o é, quando se fala de criminalidade organizada ou violenta. A patrulha a cavalo consegue <b>aproximar-se sem ser ouvida</b> , permite uma <b>observação a longas distâncias</b> e alterar o andamento rapidamente, o que é dissuasor para quem tem intenção de cometer actos ilícitos.

### 5.2.6 ANÁLISE DA QUESTÃO N°6

No quadro 5.6 apresenta-se a análise de conteúdo à questão N° 6 - **A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

Quadro 5.6: Análise de resultados da questão N°6.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1	X		Os cavalos despertam interesse nas pessoas, o que leva à sua aproximação, em especial de <b>crianças</b> .
N°2	X		Contudo é notável a tendência das pessoas ultrapassarem esta barreira e de se <b>aproximarem</b> , para ver de perto, para pedir para tocar, promovendo-se assim uma grande <b>empatia</b> . As patrulhas fazem altos junto das entradas das escolas, com cerca de 15 minutos, os militares apeiam e <b>interagem com as crianças</b> .
N°3	X		O cavalo promove o contacto com <b>as pessoas que tomam a iniciativa</b> de se dirigirem aos militares a cavalo.
N°4	X		A população aproxima-se muito facilmente das patrulhas a cavalo, principalmente as famílias que têm junto a si as <b>crianças</b> . Caso a patrulha permaneça imóvel em certos locais por breves instantes, é frequente ver-se <b>envolvida pela população</b> .
N°5	X		Poderá existir maior aproximação em locais onde estejam presentes <b>crianças</b> , ou mesmo <b>turistas</b> , que têm curiosidade. Os solípedes são uma simpática atracção.
N°6	X		Sobretudo as <b>crianças</b> que pedem para mexer nos animais, e os <b>turistas</b> , muito frequentemente, para <b>tirar fotografias</b> junto das patrulhas.
N°7	X		A <b>curiosidade</b> que o animal desperta na população leva a que esta se aproxime.
N°8	X		Sim, <b>tanto as crianças como os adultos</b> pedem para fazer festas, para tirar fotografias. Quando são feitas pequenas paragens, <b>a sua aproximação é notável rapidamente</b> .

O objectivo da questão N°6 era verificar se a patrulha, ao fazer uso do cavalo, conseguia obter uma aproximação à população por iniciativa desta.

Quando se fala em “policiamento de proximidade”, fala-se num policiamento feito junto das comunidades onde são criadas **empatias e sinergias**, no sentido de lhes prestar o apoio necessário. Neste sentido, é necessário que exista interacção e confiança da parte da população nas FFSS.

Desta forma, foi colocada a questão N°6 aos entrevistados, à qual todos responderam que a população, ao cruza-se com patrulhas a cavalo, geralmente procura o contacto com a patrulha.

Segundo as respostas dos entrevistados a população toma a iniciativa de se aproximar das patrulhas a cavalo. A população em geral tem curiosidade no animal, aproxima-se para ver de perto, para acarinhar ou tirar fotografias. Em locais onde se efectuam pequenas paragens, as patrulhas a cavalo são de imediato envolvidas pelas pessoas, tal como refere os entrevistados Nº 2, 4 e 8.

Segundo as respostas dos entrevistados Nº 1, 3, 4, 5, 6 e 8, a aproximação às patrulhas é notória em locais onde existam crianças. Tal como refere o entrevistado Nº 5 e 6, também os turistas se aproximam muito frequentemente.

Esta aproximação deve-se à atracção pelo animal, à vontade de acarinhar ou de tirar fotografias. Contudo, é essa aproximação que, como refere o entrevistado Nº 2, leva à interacção e ao **aumento da empatia** entre população e GNR.

### 5.2.7 ANÁLISE DA QUESTÃO Nº7

No quadro 5.7 apresenta-se a análise de conteúdo à questão Nº 7 - **A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

A questão Nº 7 tinha como objectivo conhecer o nível da eficácia da patrulha a cavalo na recolha de informações. A recolha de informações através de uma patrulha, independentemente do meio utilizado, é feita através ou da vigilância ou da interacção com a população. Através da vigilância, ou seja, na observação de locais onde poderão ocorrer potenciais ilegalidades, e através da interacção, promovendo o contacto directo e a partilha de informações entre a população e as FFSS (MAI, 1999).

Atendendo à análise realizada às respostas dos entrevistados, apurou-se que as opiniões são divergentes.

Segundo os entrevistados Nº 1, 2 e 3, as patrulhas a cavalo não são eficazes na recolha de informações dado que não são objectivadas para a recolha e tratamento das mesmas. Para além disto, o facto de a patrulha ter ao seu cuidado um animal limita-a na troca de informações com a população no exterior, segundo o entrevistado Nº 2.

Contudo, na opinião dos entrevistados Nº 4, 5 e 6, a atracção ao animal leva à interacção e ao consequente diálogo entre a patrulha e a população.

A par disto, tal como referem os entrevistados N° 2, 6, 7 e 8, fruto da altura a que se encontra o militar em relação a tudo o resto, a sua observação é privilegiada, logo a recolha de informações através da vigilância torna-se bastante eficaz.

Quadro 5.7: Análise de resultados da questão N°7.

Entrevistado	Afirmativa	Negativa	Argumentação
N°1		X	Poderia ser, caso as suas potencialidades fossem melhor aproveitadas.
N°2		X	Apenas naquilo que lhe é próprio. A patrulha a cavalo <b>está limitada</b> em relação à troca de informações. A recolha de informações pelo “patrulhamento a cavalo” é sim privilegiada, <b>quando implica a observação</b> .
N°3		X	A sistematização da recolha de informações e o seu tratamento <b>não são objectivos das forças a cavalo</b> .
N°4	X		A <b>curiosidade</b> leva as pessoas a aproximarem-se, é estabelecido o <b>diálogo</b> , e facilmente se parte para uma <b>recolha de informações úteis</b> .
N°5	X		Sendo <b>mais atractivo</b> leva ao conseqüente <b>diálogo</b> , e à <b>recolha de informações</b> que a população poderá transmitir às FFSS.
N°6	X		Contudo, dado o facto de se encontrar num plano superior, com um <b>campo de observação maior</b> , poderá recolher algumas informações mais facilmente. A recolha de informações através da interacção com a população poderá ser favorecida uma vez que, o <b>diálogo é iniciado com maior facilidade</b> .
N°7	X		Em virtude de possuir <b>um campo de visão mais alargado</b> possibilita a recolha de informações com maior eficácia junto de grandes <b>aglomerados de pessoas</b> , ou inclusive em <b>parques de estacionamento</b> .
N°8	X		Em eventos onde exista grande <b>aglomerado de pessoas</b> , pelo facto de estarem <b>mais visíveis</b> , leva a que recolham muitas informações da população que se dirige a si.

### 5.3 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Após a apresentação e análise dos resultados descritos, importa neste ponto fazer uma breve sùmula acerca dos dados obtidos através das entrevistas, de forma a clarificar a concordância e discordância dos mesmos.

A patrulha a cavalo é identificada pela população em geral enquanto uma força pertencente à GNR. Uma vez que a GNR é a única Força de Segurança, em Portugal, a utilizar o cavalo como meio de deslocamento, a sua identificação torna-se inequívoca enquanto força pertencente a esta instituição. Mesmo em áreas da responsabilidade da PSP, o facto de o cavalo ser um meio único da GNR, proporciona à patrulha a sua distinção. Para além disto, caso o cidadão possua algum tipo de dúvida, o fardamento da patrulha a cavalo possui inúmeros dísticos que identificam a patrulha enquanto força da GNR.

A população considera o “patrolhamento a cavalo” mais uma forma de policiar, o que desenvolve o sentimento de proximidade e segurança. Paralelamente, é um meio voltado essencialmente para a prevenção e que cria empatia com a população, o que faz com que esta se aproxime por iniciativa própria. Os próprios militares, ao terem ao seu cuidado um animal, são “acarinados” pela população.

Contudo, a utilização dos solípedes tem consequências. Os dejectos dos animais, por vezes, promovem o descontentamento da população, ainda que esse problema seja contornado através de protocolos celebrados com as câmaras municipais.

Os solípedes possuem um volume considerável e a sua presença em meio urbano é rara, o que provoca admiração nas pessoas e até o fascínio das crianças, ficando retida na memória destas por muito mais tempo. Para além de que, a população tem tendência a ficar a observar a patrulha a cavalo aquando da sua presença. Todos estes factores levam a que a patrulha capte a atenção das pessoas.

A patrulha encontra-se num plano muito superior ao nível do solo. Destaca-se e sobressai pela sua silhueta perante aglomerados populacionais e na própria paisagem. Este tipo de patrulha é mais visível a grandes distâncias. Posto isto, proporciona maior visibilidade policial.

A patrulha a cavalo ao ser identificada enquanto Força de Segurança, leva a que a criminalidade diminua ou mesmo não exista. No que respeita a vigilância, a patrulha a cavalo possui um campo de visão muito alargado e tem a capacidade de observar a longas distâncias.

Para além disto, possui grande mobilidade, tornando-se desta forma pró-activa e bastante eficaz na prevenção da criminalidade.

A população em geral, em especial as crianças e os turistas, têm uma elevada atracção pelo animal, vontade de acarinhar e de tirar fotografias. Como tal, aproximam-se facilmente das patrulhas a cavalo, o que leva à interacção e ao aumento da empatia entre população e GNR.

A patrulha a cavalo mostra-se por vezes ineficaz na recolha de informações, em virtude de não serem objectivadas para a recolha e tratamento das mesmas. Por outro lado, tendo ao seu cuidado um animal, o militar está limitado à troca de informações com a população local apenas no exterior.

Esta vicissitude poderá ser atenuada através da capacidade de observação, que torna a patrulha a cavalo privilegiada na recolha de informações pela vigilância, bem como pela atracção da população ao animal, que proporciona o consequente diálogo entre militares e a comunidade.

## VI CAPÍTULO

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

#### 6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, irá ser verificada a validade das hipóteses, elaboradas no início do trabalho, que dão resposta às questões de investigação. Posteriormente, são apresentadas as reflexões finais sobre o que se concluiu neste trabalho.

Serão referidas, também, as recomendações e as limitações de investigação que se denotaram mais ao longo da elaboração deste TIA.

Por fim, referem-se algumas propostas de investigação que, para o autor, se revelam importantes para evolução do serviço prestados pela GNR à população.

#### 6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Relativamente à primeira hipótese: **“O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR”**, a mesma foi verificada, havendo apenas uma resposta a negar a mesma. De facto, a grande maioria dos entrevistados afirmam que o meio equestre distingue a GNR das restantes FFSS. Mesmo nas áreas da responsabilidade da PSP, as patrulhas a cavalo são identificadas pela população enquanto GNR. Segundo a opinião dos entrevistados, a população em geral tem conhecimento das diferenças entre as FFSS.

Quanto à segunda hipótese: **“O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população”**, é verificada. Todos os entrevistados responderam afirmativamente a questão N° 2. Apesar de serem apontados problemas como os dejectos do animal, que embora crie descontentamento na população, é facilmente contornável através de protocolos celebrados com as câmaras municipais.

Contudo, na maioria das respostas constata-se que o meio equestre promove empatia com a população. E a Força de Segurança, neste caso a GNR, ao ter ao seu cuidado um animal atractivo, é bem vista aos olhos da comunidade. A par disso, neste caso, é um meio voltado a

prevenção e a população considera o “patrulhamento a cavalo” outra forma de policiar e de garantir a sua segurança.

Considerando a terceira hipótese: **“A patrulha a cavalo capta a atenção da população”**, também foi verificada por todos os entrevistados. A opinião generalizada consiste em que o Cavalo possui um volume considerável e é um meio raro em meio urbano, promovendo-se a admiração da população, que retém por mais tempo a imagem deste patrulhamento na sua memória.

Segundo as respostas dadas na pergunta Nº 3, as pessoas, ao cruzarem-se com forças a cavalo, observam-nas atentamente.

No caso da quarta hipótese: **“A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial”**, é verificada. Considerando as respostas dadas, a patrulha a cavalo está a uma altura bastante superior ao nível do solo, sobressaindo perante aglomerados populacionais e na paisagem. A par disto, dado o seu volume e altura, é visível a grandes distâncias, proporcionando maior visibilidade policial que qualquer outro tipo de patrulhamento.

No que se refere à quinta hipótese: **“A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade”**, pode concluir-se que é validada. Os entrevistados afirmam que a presença de qualquer Força de Segurança identificada é eficaz na prevenção da criminalidade. No caso do “patrulhamento a cavalo”, este possui um campo de visão muito alargado e, dado a sua altura ao solo, permite a observação a longas distâncias. Desta forma, no que toca a acções de vigilância, observação, a patrulha a cavalo é privilegiada. Para além disto possui grande mobilidade, tornando-se altamente pró-activa.

Tendo em conta a sexta hipótese: **“A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo”**, é, à semelhança da anterior, verificada. Nas respostas dadas na pergunta Nº 6, os entrevistados afirmaram que a população em geral, e sobretudo as crianças e os turistas, aproximam-se muito frequentemente das patrulhas a cavalo. As pessoas têm curiosidade e atracção pelo animal. Segundo os entrevistados, caso a patrulha pare é de imediato envolvida pela população. As pessoas normalmente aproximam-se e pedem para acarinhar ou tirar fotografias. Esta aproximação é geradora de grande empatia entre a população e a GNR.

Atendendo à sétima e última hipótese: **“A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações”**, esta é verificada. As respostas dadas pelos entrevistados na pergunta Nº 7 são bastante divergentes: existem cinco entrevistados que confirmam esta hipótese e três que

negam a mesma, ainda que a confirmação por parte de alguns tivesse alguma reticência, chegando-se à conclusão que as patrulhas a cavalo não são dirigidas para a recolha de informações.

Posto isto, a patrulha a cavalo poderá ser eficaz, mas apenas em algo que é muito próprio das suas características, ou seja, quando para isso é necessária capacidade de observação.

Por outro lado, uma vez que a população se aproxima facilmente da patrulha, dado a atracção pelo animal, o diálogo poderá surgir também com maior facilidade. Através do diálogo, poderá então recolher-se informações junto da comunidade.

### 6.3 REFLEXÕES FINAIS

As FFSS procuram estar próximas da população, e responder às suas exigências. A GNR, enquanto Força de Segurança, deve proporcionar aos portugueses e demais cidadãos, em território nacional, o sentimento de segurança. Para que esse sentimento seja alcançado é necessária prevenção. Por sua vez, a prevenção é conseguida através de diversas acções policiais, entre as quais o patrulhamento. A GNR é detentora exclusiva de um tipo de patrulhamento, o “patrulhamento a cavalo”.

Sobre este ponto de vista, e dada a aproximação do término deste TIA, importa responder à pergunta de partida: **Qual o contributo do “patrulhamento a cavalo” da GNR para o “policiamento de proximidade”, em meio urbano?**

Após a elaboração do trabalho de campo, concluí-se que as patrulhas a cavalo tem carácter distintivo perante a população. As patrulhas a cavalo são sempre identificadas enquanto GNR, que é bem vista aos olhos de todos por ter ao seu cuidado um animal que promove empatia. Quando utilizado em meio urbano, dada a sua raridade, a população fica impávida a observar a Força de Segurança. A presença deste tipo de patrulhamento é de imediato notada. As forças a cavalo destacam-se na paisagem e junto de grande número de pessoas. Proporciona-se, desta forma, mais visibilidade policial junto da comunidade. A par de uma presença notória, tem maior capacidade de observação, e desta forma, torna-se altamente eficaz na prevenção da criminalidade.

A população, em especial as crianças e os turistas, aproximam-se com muita frequência das patrulhas que utilizam o Cavalo no seu deslocamento. A atracção e empatia criada entre as pessoas e o cavalo promovem interacção entre pessoas e militares da GNR. Desta feita, o

diálogo é iniciado com muita facilidade. Contudo, concluí-se que as patrulhas não são objectivadas para a recolha de informações. Apesar de que, poderiam recolher pertinentes informações se fizessem uso da sua proximidade à população e da sua capacidade de observação.

## **6.4 RECOMENDAÇÕES**

Face aos resultados obtidos e consequentes conclusões, importa deixar algumas recomendações que se entendem como um potencial contributo para uma melhor execução do “patrulhamento a cavalo”, em meio urbano, sob o ponto de vista de “policiamento de proximidade”.

Deste modo, considera-se pertinente incluir na formação dos militares que realizam este tipo de patrulhamento, matéria acerca de “policiamento de proximidade”, para que rentabilizem ao máximo um meio que possui inúmeras vantagens neste tipo de policiamento.

Deverá ainda articular-se da melhor forma, a limpeza dos itinerários das patrulhas a cavalo, garantindo a integridade da imagem da GNR.

Por fim, a sua utilização deverá ser explorada, mas jamais banalizada. A sua eficácia está relacionada com o facto de ser pouco usual.

## **6.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Relativamente às limitações que se verificaram ao longo da elaboração do presente TIA, as mesmas prendem-se com a difícil recolha de informações junto da comunidade, dado que seria bastante importante considerar neste TIA a opinião de alguém exterior à instituição. Por outro lado considera-se também que o limite de páginas imposto é claramente restritivo para a execução de um trabalho desta natureza, pelo que se fez um uso constante da capacidade de síntese.

## **6.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS**

A utilização dos solípedes na interacção com a população poderá ser estudada de diversas formas. Dentro das quais se destacam:

A representatividade da Charanga a Cavalos da USHE.

A Hipo terapia realizada na USHE.

A Participação de Militares em provas desportivas a cavalo.

Estes são alguns temas que, futuramente, deveriam ser alvo de investigação, dado que contribuem não só para a evolução dos serviços prestados pela GNR à população, mas também para a obtenção de resultados relevantes que servirão de directriz para a própria instituição.

## **6.7 FECHO**

Actualmente, a população procura a protecção para si e para os seus bens. Não é desejada por si a condenação ou julgamento dos demais infractores. Mas sim, manifestamente, é desejada a prevenção de eventuais delitos.

Deste modo é exigido às FFSS uma pro-actividade extrema. Para isso, as FFSS devem fazer uso de todos os meios ao seu dispor, entre os quais destaca-se o Cavalos, exclusivo da GNR.

Nesta perspectiva, foi elaborado o presente TIA, tendo-se como objectivo último a alcançar, o contributo do “patrulhamento a cavalo” para o “policiamento de proximidade”.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

- Alves, C. (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana.
- Andrade, J. M. (1824). *Memorial de OFFICIAL da Guarda Real da Polícia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de António Rodrigues Galhardo.
- Carneiro, L. M. (2001). *Regimento de Cavalaria*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais Humanas* (L. Baptista, Trad.). Lisboa: Instituto PIAGET. (Trabalho original publicado em 1992).
- Ghiglione, R., & Matalon, R. (2001). *O Inquérito* (C. Pires., A. Maurice., G. Monteiro, Trad.). (4ª ed.) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1977, 1998).
- Guarda Nacional Republicana. (1922). *Anuário de 1922*. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana. (1958). *Origens da Guarda Nacional Republicana – I Parte – A Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico*. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana (1997). *Manual de Operações*, (Volume I-II). Lisboa: CEGRAF GNR.
- Guerra, Isabel C. (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Princípia.
- Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo
- Jankowski, B. (1993). *La Police de Proximité: Regard de la Recherche sur un Nouveau Style de Police*. Paris: La Documentation Française.
- Ministério da Administração Interna. (1999). *Policimento de Proximidade Técnicas de Proximidade*. Lisboa: Gráfica Peres.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policimento, A Emergência do Policimento de Proximidade*. Lisboa: Almedina.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais. Trajectos*. (J. Marques., M. Mendes., M. Carvalho, Trad.) (5ª ed.) Lisboa: Gradiva.

Regimento de Cavalaria. (2005). *Historiais do Regimento de Cavalaria*. Lisboa: Regimento de Cavalaria.

Regimento de Cavalaria. (2006). *Historiais da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Regimento de Cavalaria.

Santos, A. P. R. (1999). *O Estado e a Ordem Pública – As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

## **ARTIGOS**

Costa, M. (2010, 15 de Setembro). Patrulha a cavalo chega mais perto das pessoas, *Correio do Minho*. Recuperado em 11 de Junho, 2011, em <http://www.correiodominho.com>.

## **DOCUMENTOS ELECTRONICOS**

ADT Fire & Security. (2009). *4ª Edição do Barómetro ADT Fire & Security “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”*. Recuperado em 14 de Junho, 2011, em <http://www.adt.pt/4edicao-barometro-adt-seguranca-proteccao-de-dados-e-privacidade-em-portugal.htm>.

Ministério da Administração Interna. (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*. Recuperado em 14 de Junho, 2011, em [http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/Relatorio%20Anual%20de%20Seguranca%20Interna%202010\\_vf.pdf](http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/Relatorio%20Anual%20de%20Seguranca%20Interna%202010_vf.pdf).

## **SITES CONSULTADOS**

ADT Fire & Security

<http://www.adt.pt>

Fornece informações sobre sondagens a nível nacional (Acedido em 14 de Junho de 2011).

Dicionário On-line

<http://www.portoeditora.pt>

Fornece definições de palavras (Acedido em 15 de Junho de 2011).

Guarda Nacional Republicana

<http://www.gnr.pt>

Fornece informações e artigos acerca da GNR (Acedido em 3 de Junho de 2011).

Interpol

<http://www.interpol.int>

Fornece informações acerca do sistema policial francês (Acedido a 26 de Junho de 2011).

Ministério da Administração Interna

<http://www.mai.gov.pt>

Fornece informações sobre o seu organigrama, políticas de Segurança, os seus responsáveis, programas e vários organismos ligados ao Ministério (Acedido em 13 de Junho de 2011).

Primeira República

<http://www.primeirarepublica.org>

Fornece informações e legislação da Primeira República Portuguesa (Acedido em 20 de Junho de 2011).

## **LEGISLAÇÃO**

Assembleia da República (2007), Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro. Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana, Diário da República, 1ª Série, nº 213, 8043-8051.

Decreto de 10 de Dezembro de 1801. - Criação da Guarda Real de Polícia.

Decreto de 12 de Outubro de 1910. - Extingue a Guarda Municipal e cria a Guarda Republicana.

Decreto-Lei nº 31, de 19 de Novembro de 1999. - Estabelece um conjunto de medidas a serem utilizadas no Policiamento de proximidade.

Despacho nº 78/08 - Ordem à Guarda, de 22 de Dezembro de 2008. - Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Ordem à Guarda nº 5 - Despacho n.º59/09, de 22 de Dezembro de 2009. - Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Ministério do Interior (1911), Decreto de 03 de Maio de 1911. - Criação da Guarda Nacional Republicana.

Regimento de Cavalaria da GNR (1993), Directiva nº 1/93, de 20 de Setembro de 1993.

## **MONOGRAFIAS**

Damas, A. G. A. (2004). *Comunidades migrantes, criminalidade e integração social – Estudo de caso do programa de Policiamento de Proximidade no bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”*, Tese de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - GÉNESE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

No ano de 1382, Durante o reinado de D. Fernando, é criado o Corpo de Quadrilheiros<sup>23</sup>, primeiro grupo de homens verdadeiramente vocacionado apenas para a manutenção da ordem e com funções de polícia militar. (Santos, 1999)

Estes homens tinham como missão reprimir furtos e crimes e ainda deter os seus autores. Com o passar dos anos a sua função tornou-se muito pouco atractiva, havendo cada vez menos voluntários. Em 1418, passam a ter como missão apenas o patrulhamento diurno das cidades. O seu desaparecimento coincide com a perda da independência nacional em 1580.

Em 1755, após o restabelecimento da independência, a desordem instalada agravasse com o terramoto, na cidade de Lisboa. (Santos, 1999)

A 25 de Junho de 1760, a situação é de tal ordem grave e descontrolada que é criado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Ministro de D. José, o cargo de Intendente Geral da Polícia do Reino, com enorme poder na área da repressão à criminalidade, à qual todos os juízes criminais e civis deveriam recorrer (Santos, 1999).

Já com a Rainha D.<sup>a</sup> Maria no poder, esta decide reformar a Intendência Geral da Polícia do Reino, aumentando o poder do detentor do cargo de Intendente. D.<sup>a</sup> Maria nomeia para o cargo, o Jurista Diogo Inácio de Pina Manique, que se dedica especialmente à causa da segurança pública. Por sua vez Pina Manique, requisita inicialmente ao Exército, treze **patrulhas constituídas por nove soldados de cavalaria** e quinze de infantaria, distribuindo-as pelos bairros da capital. É Pina Manique que cria, em 1792, por sua própria vontade, um novo corpo de polícia, que viria a dar origem à **Guarda Real de Polícia** de Lisboa.

A 10 de Dezembro de 1801, surge por decreto régio a GRP, “*Hei por bem criar uma Guarda Real da Polícia de Lisboa de pé e de cavalo, para vigiar na cidade de Lisboa, e para guardar pela forma e maneira que se regula no Plano*” (Decreto de 10 de Dezembro de 1801)<sup>24</sup>.

A GRP é composta, aquando da sua institucionalização, por um estado-maior, por oito companhias de infantaria e quatro de cavalaria, perfazendo no total 638 homens e 217 cavalos. Sendo que, poderá considerar-se esta, inclusivamente, como a verdadeira precursora da GNR, no que diz respeito à dupla dependência actual, a GRP subordinava-se à chefia

---

<sup>23</sup> O seu nome deriva da arma que utilizavam.

<sup>24</sup> Vide Anexo A.

militar e à Intendência Geral da Polícia, “...*que obedeça, no que toca à disciplina militar, ao General das Armas da Província, e no que toca ao exercício das suas funções, ao Intendente Geral da Polícia.*” (Decreto de 10 de Dezembro de 1801).

Assim sendo, surge pela primeira vez em Portugal a utilização de cavalos no âmbito da segurança pública, através de uma organização vocacionada à manutenção da ordem.

Em virtude de possuir poucos recursos, humanos, materiais e financeiros, a GRP foi reforçada por patrulhas dos regimentos de cavalaria e infantaria de linha<sup>25</sup>. Desde a sua institucionalização, o número de delitos na capital do reino diminui notavelmente.

Em 1824, a 17 de Fevereiro, é criada a Guarda Real da Polícia do Porto. O seu efectivo era constituído por um estado-maior e por um estado-menor, duas companhias de infantaria a 105 homens e uma companhia de cavalaria com 70 praças e 65 cavalos (GNR, 1958).

A GRP viria a ser extinta com a vitória dos liberais na guerra civil<sup>26</sup>, dado que tinha tomado o lado de D. Miguel.

Os liberais, após a guerra civil, sentiram necessidade de criar um corpo de polícia que estabilizasse a segurança e a tranquilidade pública. A 3 de Julho de 1834, D. Pedro, regente do reino, cria a **Guarda Municipal** (GML). Mais tarde, a 24 de Agosto de 1835, é criada a **Guarda Municipal do Porto** (GMP).

Quer a GML quer a GMP, tinham o respectivo comando, até 24 de Dezembro de 1868, momento em que as duas forças passam a ter um comando único instalado no Quartel do Carmo<sup>27</sup> (GNR, 1922).

Através do Regulamento de 18 de Abril de 1890, as Guardas Municipais sofrem a sua última reorganização. A GML passa a organizar-se em estado-maior e estado-menor, quatro esquadrões de cavalaria e seis companhias de infantaria, enquanto a GMP passa a organizar-se em estado-maior e estado-menor, um esquadrão de cavalaria e quatro companhias de infantaria.

À semelhança do que se sucedera em 1834 com Guarda Real da Polícia, a Guarda Municipal não subsistiu à passagem da Monarquia para a República. Em 12 Outubro de 1910 a Guarda Municipal seria extinta, e pelo mesmo decreto era criada a **Guarda Republicana** (GR). Ainda que, a GR tivesse carácter provisório até à organização da GNR.

---

<sup>25</sup> Unidades do Exército instaladas em Lisboa.

<sup>26</sup> De 1828 a 1834 entre Absolutistas, liderados por D. Miguel e Liberais, liderados por D. Pedro.

<sup>27</sup> Actual quartel do Comando Geral da GNR.

Em 1911, pelo decreto de 3 de Maio, é constituída a **GNR**. A sua **missão** estava quase totalmente vocacionada para a segurança das áreas rurais.

No que diz respeito à **evolução** da GNR, dividiram-se os 100 anos de existência desta força de segurança, em cinco períodos distintos: os primeiros anos de vida da Guarda, as alterações verificadas após o 28 de Maio de 1926, durante o período do Estado Novo, após o 25 de Abril até à nova Lei orgânica de 2007, e desde então até à actualidade.

Entre 1918, ano da morte de Sidónio Pais<sup>28</sup>, e 1921, ano da denominada “noite sangrenta”<sup>29</sup>, na GNR passou a existir um RC a 5 esquadrões (GNR, 1922, p. 17).

Dado a enorme instabilidade política vivida em Portugal nos primeiros anos após a implantação da República<sup>30</sup>, a sociedade em geral, e muito particularmente os militares, andavam descontentes. Sendo que, a **28 de Maio de 1926**, os militares organizaram-se e partem de Braga em direcção à Capital com intenção de instaurar uma ditadura militar (Santos, 1999).

A economia portuguesa não permitia a melhoria das condições proporcionadas pela ditadura, seguindo-se nova revolta interna.

Em 3 de Fevereiro de 1927, depois da revolta contra a Ditadura Militar, a GNR foi alvo de uma grande reorganização. Uma vez que a parte vitoriosa da revolta sentiu necessidade de “evitar a repetição de tam [sic] nefastos abusos, que tam [sic] profunda e justamente alarmaram o país” (Decreto nº 13 138, de 15 de Fevereiro de 1927, Preâmbulo). No comando da GNR, o Coronel Lopes Valadas é substituído pelo Coronel Farinha Beirão<sup>31</sup>, sendo nomeada uma comissão, através da Portaria de 25 de Março de 1927, incumbida de reorganizar a Guarda, atendendo à redução da despesa pública e ao afastamento dos militares contrários à Ditadura Militar (Santos, 1999).

Segundo Santos (1999, pp. 263,264), aludindo ao escrito no decreto reformador a Guarda passa a ter a seguinte organização: “*As tropas da Guarda Nacional Republicana passam a ser constituídas, em Lisboa, por um Regimento de Cavalaria, a 4 esquadrões e dois Batalhões de Infantaria com 5 Companhias, com os N.ºs 1 e 2, tendo o primeiro...; No Porto, por um Batalhão Misto, com o N.º 4 a 4 Companhias (...)* Um esquadrão de Cavalaria e uma Secção de

---

<sup>28</sup> Vítima de atentado a 18 de Dezembro de 1918.

<sup>29</sup> Designação pela qual ficou conhecida a revolta radical que ocorreu em Lisboa a 19 de Outubro de 1921 dirigida pelo coronel Manuel Maria Coelho, no decurso da qual foram assassinados vários políticos, entre eles o Presidente do Ministério.

<sup>30</sup> Cinquenta Governos, sete Parلامentos e oito Presidentes da República.

<sup>31</sup> Insigne militar, combateu em África e na Flandres, sendo agraciado com a Torre e Espada, com a Cruz de Guerra pelo Governo português e com a Legião de Honra pelo Governo francês.

*Metralhadoras Pesadas; Em Évora, por um Batalhão Misto, com o N.º 3, com 3 companhias (...) Um esquadrão de Cavalaria, com sede em Portalegre; Em Coimbra, por um Batalhão Misto, com o N.º 5, com sede em Coimbra (...)*”.

Com a utilização das FFSS na salvaguarda das políticas do Governo, este vê-se obrigado a aumentar o efectivo da GNR e reorganizar novamente a sua estrutura, através do Decreto-Lei nº 33 905, de 2 de Setembro de 1944. É organizada “*uma formação no Comando Geral, a motorização de parte da Cavalaria, a dotação da força com material moderno e a organização de uma companhia de transportes automóveis.*” (Santos, 1999, p.289). Segundo o artigo nono do mesmo Decreto-Lei, a GNR passa a ser constituída por cinco Batalhões, por uma Companhia de Engenheiros e um RC, com três esquadrões a cavalo e um motorizado. Devido à forte actividade do Partido Comunista na margem sul, em especial junto da população do Barreiro, centro populacional com grande actividade fabril, o Governo determina que ali seja formado um destacamento que possa assegurar um eficiente policiamento urbano e rural. Para esse efeito foi criado no RC um novo Esquadrão que, adopta a denominação de Esquadrão Destacado do Barreiro (Santos, 1999, p. 292).

Na noite de 24 para 25 de Abril de 1974 começam as movimentações de militares, para levarem a cabo a revolução que restabeleceria a liberdade aos Portugueses. Alertado pelo director da Direcção Geral de Segurança, o Presidente do Conselho refugia-se no Quartel do Carmo, que viria a ser cercado. A GNR acolhe o Professor Caetano e coloca as suas forças no terreno em defesa do Governo.

Após a “**revolução dos cravos**”, e tomada do poder do Exmo. Sr. General António de Spínola, no Quartel do Carmo, a GNR ficou sempre conotada ao Antigo Regime. Contudo continuou com a prossecução da sua missão, como sempre o haveria feito. Em 1983 e 1993 são publicadas novas leis orgânicas nomeadamente a o Decreto-Lei 231/93, de 26 de Junho.

A 6 de Novembro de 2007, é aprovada a nova orgânica da GNR, através da Lei nº 63 de 2007. A GNR passa a ser definida como “*...uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.*” (Lei 63/2007, 6 de Novembro, Art.º 1).

Desde a data anteriormente dita, a “*...Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.*” (Idem).

Segundo o Art.º 3 da Lei nº63 de 2007, a GNR tem como principais atribuições:

- a) *“Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito.*
- b) *Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens.*
- c) *Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança.*
- d) *Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos.*
- e) *Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas.*
- f) *Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.*
- g) *Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada.*
- h) *Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional.*
- i) *Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza.*
- j) *Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas.*
- k) *Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei.*

- l) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo.*
- m) Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades.*
- n) Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais.*
- o) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos.*
- p) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.”*

Para além disto, segundo o mesmo artigo da presente Lei a Guarda é ainda responsável por:

- a) “Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos.*
- b) Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infra-estruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.*
- c) Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.*
- d) Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira.*

- e) *Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais.*
- f) *Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas.*
- g) *Executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves.*
- h) *Colaborar na prestação das honras de Estado.*
- i) *Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas.*
- j) *Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.”*

## APÊNDICE B -GÊNESE DO REGIMENTO DE CAVALARIA

O RC, pela anterior Lei Orgânica, constituía uma unidade de reserva, tal como o Regimento de Infantaria. O RC tinha como missão as Honras Protocolares de Estado, a Cavalos e Motorizadas, bem como a manutenção de Ordem Pública, podendo ser empenhada em qualquer ponto do território Nacional. O RC foi criado em 5 de Abril de 1922, após a extinção do Grupo de Esquadrões 1 e 2, com base no Decreto n.º8064 de 21 de Março do mesmo ano.

O RC era constituído por 5 Esquadrões, todos eles situados na região da grande Lisboa. O 1º Esquadrão encontrava-se situado no Quartel do Carmo e era constituído essencialmente por cavalos pretos. O 2º Esquadrão, o Comando do Regimento, a área da Formação e estavam situados no Quartel de Cabeço de Bola. O 3º Esquadrão que era constituído, essencialmente, por cavalos ruços e estava localizado em Braço de Prata. O 4º Esquadrão constituído na sua maioria por cavalos castanhos, localizava-se em telheiras. Por último o 5º Esquadrão estava situado em Campolide e era constituído por cavalos lazões (Regimento de Cavalaria, 2005).

Em 1926, o 5º Esquadrão é extinto, sendo o seu efectivo transferido para o 4º Esquadrão, que passou a situar-se na Ajuda<sup>32</sup>.

No dia 2 de Setembro de 1944, com o Decreto 33905, o 2º Esquadrão deixa de ser uma Subunidade a cavalo e passa a ser o Esquadrão motorizado para todo o dispositivo territorial da GNR. No ano de 2000, este Esquadrão introduz na sua actividade operacional um Pelotão Ciclo<sup>33</sup>.

Mais tarde o RC cria uma Subunidade destacada no Barreiro. Este Esquadrão do Barreiro era então constituído por militares dos quatro Esquadrões e de rendição mensal. Esta foi desactivada totalmente no dia 8 de Janeiro de 1976 (Regimento de Cavalaria, 2005).

A 15 de Dezembro de 1955 a Formação do Regimento passa designar-se Esquadrão de Comando, sendo que continuou integrada no Comando do Regimento como no antecedente (Carneiro, 2001).

Em 1972, por consequência da escassez de voluntários à GNR, o 1º Esquadrão sediado no Quartel do Carmo é desactivado, sendo o seu efectivo distribuído pelos restantes Esquadrões que compunham o Regimento (Regimento de Cavalaria, 2006).

---

<sup>32</sup> Local onde ainda hoje se encontra sediado.

<sup>33</sup> Este pelotão fazia reforço à Brigada Territorial N.º3.

Em 1995, com a integração da Guarda Fiscal na GNR, assistiu-se a uma mudança nas instalações do RC. O Comando da Unidade, o seu Estado-Maior e o Esquadrão de Comando deslocaram-se para as antigas instalações do Centro de Instrução da Ajuda. Instalações estas que ainda se mantêm, tal como a sede do Regimento (Regimento de Cavalaria, 2006).

A 1 de Janeiro de 1999, é criado o EP, cuja sede ainda hoje se mantêm no Palácio de Belém. Tem como principais missões garantir a segurança exterior a todo o Palácio e assegurar todas as missões de carácter honorífico ao Presidente da República. Para além das missões honoríficas e de representação em território nacional, o RC integrava Missões de Representação em território estrangeiro, mais especificamente em cerimónias militares (Regimento de Cavalaria, 2005).

No RC poderia encontrar-se ainda a sua Charanga a Cavalos<sup>34</sup>. A Charanga foi criada em 1942, com elementos pertencentes aos diversos Esquadrões e as montadas pertenciam ao 3º Esquadrão. Ao longo dos tempos tem sido reconhecida e apreciada internacionalmente pelas suas brilhantes actuações, em serviço oficial da Unidade e em actividades relacionadas com a arte equestre (Regimento de Cavalaria, 2005).

Importa também referir, outras actividades desenvolvidas pelo RC, mais concretamente pelo seu 2º Esquadrão. O Carrossel Moto, desenvolvido em meados dos anos 50, veio alterar a vida do Esquadrão, contudo foi sempre acarinhado pelo comando do Regimento<sup>35</sup>. A sua actividade consistia num conjunto organizado de “malabarismos” em motas, que tornavam a figura e a polivalência dos militares de Cavalaria brilhante. O Carrossel Moto tomou tal proporção que, a determinada altura, o Comando da Guarda começou de uma forma mais séria a divulgação do mesmo. Ainda hoje o Carrossel Moto se exhibe, para as mais variadas entidades Nacionais e Estrangeiras, elevando de uma forma extraordinária o nome da GNR e da Arma de Cavalaria (Regimento de Cavalaria, 2006).

---

<sup>34</sup> A passo, a Trote e a Galope, a Charanga executa marchas militares e trechos de música ligeira com grande perfeição de execução. A Charanga pode orgulha-se de ser a única no mundo a executar trechos musicais a galope.

<sup>35</sup> No início dos anos 50, a criação do Carrossel viria a alterar a vida do Esquadrão. Tudo isto se deveu aquando de uma saída a França para aquisição de cavalos para o RC, onde alguém presente na “Remonta” terá trazido uma revista Francesa onde apareciam uns “malabarismos” colectivos.

O RC constituía-se como uma Unidade de Reserva da GNR, vocacionada essencialmente para o serviço honorífico e de representação<sup>36</sup>. Apesar de esta ser a sua principal vocação, a actividade da mesma era bastante vasta. Tinha como principais actividades as seguintes:

- 1) Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública.
- 2) Honorífica e Representação.
- 3) Patrulhamento a cavalo em apoio à Polícia de Segurança Pública (PSP).
- 4) Patrulhamento a cavalo e motorizado, em reforço às Brigadas Territoriais Nº 2 e 3.
- 5) Programa Escola Segura.
- 6) Programa Floresta Segura.
- 7) Reforço nos períodos e épocas festivas.
- 8) Render solene da Guarda ao Palácio Nacional de Belém.
- 9) Segurança e Guarnição.
- 10) Aulas de equitação à população civil.
- 11) Credenciação de Instrutores de Equitação.
- 12) Hipo terapia.
- 13) Instrução Equestre.
- 14) Aquisição, desbaste e ensino de solípedes para a Guarda Nacional Republicana.

---

<sup>36</sup> O serviço de escolta a altas entidades é feito por intermédio dos Esquadrões a Cavalo ou do Esquadrão Motorizado.

## APÊNDICE C - POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE MODELO FRANCÓFONO

Em França, a necessidade de criar condições que conseguissem promover a aproximação da polícia às populações, começou a ter alguma relevância por volta da década de 80, depois de se terem analisado os problemas que mais afectavam a polícia no seu quotidiano (Damas, 2004). Assim, como necessidade de restabelecer os laços com a população, de acordo com Alves (2008), foi implementado o policiamento urbano, que se distinguiu maioritariamente pela luta contra a delinquência, elaborando-se algumas medidas com o objectivo de intensificar a presença policial na via pública e no desenvolvimento do *îlotage* (individualização operacional de agrupamento ou células de casario, com atribuição do seu patrulhamento a agentes actuando apeados, especializados e permanentes).

Embora a noção de proximidade tenha aparecido nos discursos sobre polícia nos anos de 1988 e 1989, o termo polícia de proximidade impõe-se mais tarde. É apenas a partir do ano de 1990, que as circulares internas fazem referência à polícia de proximidade, e que o conceito começa a expandir-se no discurso administrativo e político, significando, inicialmente, a luta contra a pequena e média criminalidade, passando a traduzir-se, depois, na ideia de uma aproximação da polícia à população (Jankowski, 1993).

Só a partir de 1992, é que se associou à polícia de proximidade a ideia de uma aproximação da polícia à população, que passava pelo desenvolvimento da *îlotage*, pela melhoria do atendimento nos comissariados e pelo reforço da polícia na via pública (Jankowski, 1993).

Assim, se inicialmente o conceito era entendido como o simples combate à pequena e média criminalidade, a evolução posterior que se operou permitiu ampliar o seu sentido, tendo agora uma nova dimensão que exigia a atenção quanto às necessidades expressas pelos cidadãos em matéria de segurança, criando a ideia da polícia como instituição prestadora de serviços aos cidadãos (Alves, 2008).

## APÊNDICE D - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

### MODELO ANGLO-SAXÓNICO

Relativamente ao policiamento comunitário, que surgiu nos anos 60 e 70 do século XX nos Estados Unidos da América, mais propriamente em Nova Iorque, teve a sua ascensão na Grã-Bretanha, onde “*John Alderson, em 1979, publicou uma declaração sobre polícia comunitária, cujo objectivo seria prevenir o crime através do desenvolvimento da integração e da coesão sociais*” (Alves *apud* Waddington, 2008, p.199).

Este tipo de policiamento obedece a alguns princípios, sendo um deles, o facto de esta polícia comunitária se fundamentar numa descentralização organizacional e numa reorientação das actividades de patrulhamento, com o objectivo de haver uma boa comunicação entre a polícia e a comunidade. É desenvolvida, ainda, uma acção maioritariamente orientada para a solução de problemas, constituindo o verdadeiro trabalho da polícia, isto porque origina uma forma de compreensão e identificação dos problemas dos cidadãos e, desta forma, obriga os polícias a estarem atentos às expectativas e solicitações da comunidade (Alves, 2008).

O policiamento comunitário tem como iniciativa o trabalho com instituições e organizações locais, com o intuito de ajudá-las a gerir a sua segurança. Desta forma, a polícia consegue compreender algumas características da comunidade, e esta, por sua vez, verifica que tem um papel importante na actuação da polícia, ou seja, que o policiamento não é feito apenas para a comunidade, mas sim com a comunidade (Alves, 2008).

A polícia comunitária utiliza diferentes tácticas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e a satisfação dos cidadãos, que são elas, o patrulhamento apeado e a resolução de problemas ao nível da vizinhança. No entanto, esta polícia necessita de manter e desenvolver laços organizacionais e operacionais com agências públicas e privadas, voluntários e associações de vizinhança, necessitando, igualmente, de estar próxima da comunidade, de forma a ser sempre conhecida pelos residentes e não apenas quando houver obrigação de prender alguém (Alves, 2008).

As acções de polícia comunitária, correm sérios riscos de se tornarem num objectivo político, e a grande liberdade que os agentes têm para actuar, bem como as soluções práticas que estes dedicam na resolução de problemas, por vezes, pode envolver alguma ambiguidade. No entanto, o profissionalismo e o trabalho do polícia deveriam ser inquestionáveis. Nesta linha

de pensamento, a estabilidade que a polícia comunitária requer dificulta que os elementos da população consigam controlar a possível corrupção dos policiais e, desta forma, todas as influências negativas que existam, devem ser controladas e neutralizadas (Alves, 2008).

## **APÊNDICE E - ENTREVISTAS**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**



**ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**ENTREVISTA NO ÂMBITO DO TRABALHO  
A INFLUÊNCIA DOS SOLÍPEDES NA INTERACÇÃO COM A  
POPULAÇÃO**

**AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Rui Pedro Oliveira Rito Costa  
ORIENTADOR: Capitão de Cavalaria Pedro Miguel Rico Ramalho**

**LISBOA, AGOSTO DE 2011**

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

A entrevista que se segue insere-se na parte prática de um Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “A INFLUÊNCIA DOS SOLÍPEDES NA INTERACÇÃO COM A POPULAÇÃO”. Este trabalho visa à obtenção do grau de mestre no curso de ciências militares na especialidade de segurança.

Esta entrevista servirá de base de estudo para a parte prática do referido trabalho. Esse trabalho tem como problema de investigação se o “patrulhamento a cavalo” da GNR tem um contributo significativo para o “policimento de proximidade”.

Actualmente é indispensável verificar de que maneira o policiamento feito pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) proporciona à instituição Guarda Nacional Republicana (GNR), uma aproximação das pessoas, em especial em áreas urbanas, atingindo mais facilmente o modelo de policiamento muito em voga nos dias de hoje, que é o “policimento de proximidade”.

Assim sendo, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> permissão para o entrevistar, de forma a contribuir significativamente para o enriquecimento deste trabalho. Caso V. Ex.<sup>a</sup> assim o entenda, ser-lhe-á colocada à disposição a transcrição da entrevista bem como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho.

Obrigado pela sua colaboração

Atenciosamente

Rui Pedro Rito Costa

Asp. Cav<sup>a</sup>

## ENTREVISTA

TEMA: “A INFLUÊNCIA DOS SOLÍPEDES NA INTERACÇÃO COM A POPULAÇÃO”

### I. Caracterização SÓCIO-DEMOGRÁFICA DO ENTREVISTADO

Função: \_\_\_\_\_

Função Objecto de Estudo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Género: \_\_\_\_\_

Posto ou Grau Académico: \_\_\_\_\_

### II. QUESTÕES DA ENTREVISTA

**Questão nº 1:** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?

**Questão nº 2:** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

**Questão nº 3:** A patrulha a cavalo capta a atenção da população?

**Questão nº 4:** A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?

**Questão nº 5:** A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?

**Questão nº 6:** A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?

**Questão nº 7:** A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?

Obrigado pela sua colaboração

Rito Costa

Asp. Cav<sup>a</sup>

## CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA AMOSTRA

**Quadro E.1: Caracterização da Amostra.**

Entrevistado	Género	Idade	Posto ou Grau Académico	Função objecto de estudo	Função actual
Nº1	M	52	Coronel	Comandante da USHE	Comandante da USHE
Nº2	M	47	Tenente-Coronel	Chefe da SOIRP	Chefe da SOIRP
Nº3	M	46	Tenente-Coronel	Comandante do GHE	Comandante do GHE
Nº4	M	53	Major	Comandante do 3º Esquadrão da USHE	Chefe da Repartição de Transportes da Direcção de Recursos Logísticos
Nº5	M	37	Major	Comandante do 4º Esquadrão da USHE	Adjunto da Repartição de Planeamento e Coordenação da Academia Militar
Nº6	M	42	Major	Instrutor \ Formador e Professor na Escola da Guarda e Academia Militar.	Instrutor \ Formador e Professor na Escola da Guarda e Academia Militar.
Nº7	M	32	Capitão	Comandante do 4º Esquadrão da USHE	Comandante do 4º Esquadrão da USHE
Nº8	M	33	Capitão	Comandante do 3º Esquadrão da USHE	Comandante do 3º Esquadrão da USHE

Chave: M- Masculino.

## ENTREVISTA 1

**Nome:** José de Brito Mariz dos Santos

**Posto ou Grau Académico:** Coronel / Bacharelato em Ciências Sociais

**Função Objecto de Estudo:** Comandante da USHE

**Função Actual:** Comandante da USHE

**Idade:** 52

**Género:** Masculino

**Questão nº 1:** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?

**Resposta nº 1:** A população em geral identifica o patrulhamento a cavalo como uma força da GNR, mesmo quando a área é policiada pela PSP.

**Questão nº 2:** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

**Resposta nº 2:** Sim. A população identifica este patrulhamento como sendo útil, como sendo dois militares amigos, que promovem a segurança das pessoas e dos seus bens, sobretudo em zonas de estacionamento automóvel. Uma vez que os furtos no interior de veículos, diminuem consideravelmente onde se efectua este tipo de patrulhamento. Contudo noutras zonas, dado a sua maneira de estar perante os solípedes, dado o desconhecimento que têm acerca das suas potencialidades, as pessoas puderam ter uma opinião menos positiva acerca do “patrulhamento a cavalo”.

**Questão nº 3:** A patrulha a cavalo capta a atenção da população?

**Resposta nº 3:** Sim. A patrulha a cavalo capta a atenção da população, dado a dimensão do binómio, Homem-Cavalo, e pela imponência que este meio possui.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** Sim. O “patrulhamento a cavalo” é único da Guarda, como tal transmite facilmente a presença da força no terreno.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** A população em geral sente que uma patrulha a cavalo tem um campo de visão muito maior que outro tipo de patrulha, auto ou a pé. A par disso, dissuade o potencial infractor.

Fruto da eficácia que tem na prevenção da criminalidade, o “patrulhamento a cavalo” tem vindo a obter maior importância, e tem vindo a aumentar o número de patrulhas, exponencialmente, por toda a Europa. Sendo exemplo disso, Roma, Amesterdão, Londres, Sófia, e Estocolmo.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6** Sim. Os cavalos despertam interesse nas pessoas, o que leva à sua aproximação, em especial de crianças.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** Não. Poderia ser caso as suas potencialidades fossem melhor aproveitadas.

Este tipo de patrulhamento, em meio urbano, recolhe o mesmo tipo de informação que qualquer patrulha. Mediante mecanismos para recolha de informações, poderia ser muito vantajoso.

## ENTREVISTA 2

**Nome:** José Pedro Marques Inglês

**Posto ou Grau Académico:** Tenente-Coronel

**Função Objecto de Estudo:** Chefe da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da USHE

**Função Actual:** Chefe da Secção de Operações, Informações e Relações Publicas da USHE

**Idade:** 47

**Género:** Masculino

**Questão nº 1:** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?

**Resposta nº 1:** Não. O “patrulhamento a cavalo” poderá ser confundido como uma força pertencente a outras FFSS.

A população em termos genéricos não tem consciência de que o “patrulhamento a cavalo” é uma valência única no país exclusiva da GNR. Maioritariamente, a população, em especial em centros urbanos patrulhados pela PSP, não identifica o “patrulhamento a cavalo” como exclusivo da GNR.

**Questão nº 2:** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

**Resposta nº 2:** Sim, promove. Contudo, depende muito da situação especificamente, bem como dos locais.

Um dos problemas que por vezes surge, dado a sua utilização em áreas ditas rurbanas<sup>37</sup>, são os dejectos do animal, que não é controlável por quem faz uso deste meio. Contudo se o espaço for amplo, esse problema é perfeitamente contornável, e não provoca o desconforto dos moradores.

---

<sup>37</sup> Conceito utilizado para fazer referência a zonas classificadas entre o rural e urbano.

**Questão nº 3: A patrulha a cavalo capta a atenção da população?**

**Resposta nº 3:** Capta muito a sua atenção, mais do que qualquer patrulha a pé ou auto.

Isto por ser um meio diferente e raro. A população tem consciência de que o policiamento a cavalo é uma percentagem ínfima de todo o policiamento. O habitual é, as FFSS estarem a pé, utilizarem motos, carros ou bicicletas. Sendo raro e sendo um animal, chama muito a atenção das pessoas.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** O “patrulhamento a cavalo” tem a vantagem da altura e do volume, sobressaindo entre grandes aglomerados populacionais e na própria paisagem, se o espaço for aberto como por exemplo, o “patrulhamento a cavalo” feito em marginais e junto à praia.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** O “patrulhamento a cavalo” tem maior rendimento na chamada zonas rurbanas, dado que em zonas estritamente urbanas, extremamente edificadas e com ruas estreitas, provoca grandes limitações ao “patrulhamento a cavalo”. Em zonas de viela, que hoje em dia se encontram permanentemente congestionadas pelo tráfego automóvel, e onde os passeios são estreitos, o cavalo tem evidentes dificuldades em termos de mobilidade.

Este tipo de patrulhamento tem um enorme rendimento em espaços amplos, como parques de diversão, jardins, parques de estacionamento, e avenidas. A razão da sua rentabilidade em termos policiais, relaciona-se com o facto de o polícia se encontrar numa posição sobre elevada, permitindo um maior alcance de observação do que quem estando ao nível do solo. Não sendo por acaso que, em grandes eventos é feita a sua utilização junto de parques de estacionamento, sendo exemplo disso as peregrinações a Fátima.

Este meio tem um impacto completamente diferente. Sem desprimor do patrulheiro a pé.

O cavalo pode ser bastante eficaz inclusive em termos rodoviários, uma vez que os condutores temem o uso do solípede na intersecção do possível infractor.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** As pessoas na sua proximidade poderão ter receio do animal e das suas possíveis reacções. Contudo é notável a tendência das pessoas ultrapassarem esta barreira e de se aproximarem, para ver de perto, para pedir para tocar, promovendo-se assim uma grande empatia. Empatia esta que é maior ainda, quando falamos de crianças.

A população, quando dispõe de tempo, fica a observar as patrulhas, interage com os guardas, pedindo autorização para fotografar e para fazer festas ao animal.

Para além disto as pessoas não são impedidas de o fazer, essas situações são aproveitadas, retirando a vantagem da aproximação às pessoas. O caso típico é o das crianças, e no âmbito do programa escola segura, foram elaborados giros de forma que as patrulhas passem pelo maior número de escolas. As patrulhas fazem altos junto das entradas dessas escolas, com cerca de 15 minutos, os militares apeiam e interagem com as crianças.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** Apenas naquilo que lhe é próprio. Ou seja, a patrulha a cavalo está limitada em relação à troca de informações com os comerciantes locais, uma vez que o diálogo com estes necessita ser procurado pelas FFSS. A recolha de informações pelo “patrulhamento a cavalo” é sim privilegiada, quando implica a observação.

## ENTREVISTA 3

**Nome:** Carlos António Gomes de Almeida

**Posto ou Grau Académico:** Tenente-Coronel

**Função Objecto de Estudo:** Comandante do Grupo de Honras de Estado (GHE) da USHE

**Função Actual:** Comandante do GHE da USHE

**Idade:** 46

**Género:** Masculino

**Questão nº 1:** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?

**Resposta nº 1:** Se há meio que, de uma maneira inequívoca, é tradicionalmente associado à GNR, instituição secular, esse meio é o cavalo.

**Questão nº 2:** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

**Resposta nº 2:** A partir do momento em que permite o contacto próximo com as pessoas e por iniciativa destas, que querem fazer festas aos cavalos, perguntar o nome ou a idade, tirar fotografias, pedir para as crianças lhes tocarem, etc. Só por si, já é extremamente positivo.

**Questão nº 3:** A patrulha a cavalo capta a atenção da população?

**Resposta nº 3:** Por não ser muito comum a presença destes animais em contexto urbano, a imagem de uma patrulha é forte e fica gravada na memória, o que incrementa a sensação de segurança.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** Pela mobilidade e também porque a silhueta da patrulha se destaca a grande distância, as pessoas não ficam indiferentes quando se cruzam com estas forças e facilmente interagem. Podem não saber se era um Cabo ou um Guarda, se tinham bigode, se eram gordos ou magros os militares, mas durante muito tempo vão-se recordar se os cavalos eram ruços, se eram castanhos, se eram grandes, bonitos, etc.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** A partir do momento em que está presente uma força identificada, é natural que a criminalidade diminua ou mesmo não exista. E isto passa-se, independentemente do tipo da força, seja ela a pé, a ciclo ou a moto. Neste aspecto, o “patrulhamento a cavalo” está em pé de igualdade com os outros tipos de patrulhamento apesar de apresentar algumas desvantagens relacionadas com dificuldades em sede de fiscalização e na prestação de algum tipo de apoio.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** Efectivamente, o cavalo promove o contacto com as pessoas que tomam a iniciativa de se dirigirem aos militares a cavalo, coisa que não o fazem de uma forma espontânea, com a excepção do estado de necessidade, no que respeita a outro tipo de patrulhamento (sendo outra excepção o patrulhamento cinotécnico<sup>38</sup>).

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** Não é à toa que a observação participante é um método a utilizar apenas em determinadas situações em sede de investigação. A única vantagem, como anteriormente foi referido, é aproximar os meios da Guarda às pessoas. No entanto, a sistematização da recolha de informações e o seu tratamento não são objectivos das forças a cavalo da Guarda que tem pessoal especializado e meios mais adequados para o fazer.

---

<sup>38</sup> Patrulhamento fazendo uso do cão.

## ENTREVISTA 4

**Nome:** Duarte Reis Marques Jacinto

**Posto ou Grau Académico:** Major

**Função Objecto de Estudo:** Comandante do 3º Esquadrão da USHE.

**Função Actual:** Chefe da Repartição de Transportes da Direcção de Recursos Logísticos.

**Idade:** 53

**Género:** Masculino

**Questão nº 1: O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?**

**Resposta nº 1:** Sim. Uma patrulha a cavalo, é facilmente identificada, pela população, como uma força da Guarda Nacional Republicana.

Também porque em Portugal não existe outra Força de Segurança que utilize solípedes.

**Questão nº 2: O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?**

**Resposta nº 2** Sim, sem dúvida. Contudo à semelhança de todo o patrulhamento efectuado, sofre a influência da consideração que a população do local tiver em relação à Guarda. O “patrulhamento a cavalo” não difere na forma como são vistas as FFSS nessa área. Apesar de que, o elemento animal, aproxima sempre mais as pessoas. Há uma empatia natural, entre as pessoas e o animal o que leva muitas vezes as pessoas a aproximarem-se e a estabelecerem o diálogo.

**Questão nº 3: A patrulha a cavalo capta a atenção da população?**

**Resposta nº 3:** Sim. A população tem tendência a ficar a observar a patrulha no seu deslocamento, não só pelos guardas mas por curiosidade em relação aos cavalos. As pessoas

atentam à pelagem do animal, à beleza do mesmo e se está bem cuidado e limpo. Em especial, as crianças e os turistas.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** Sim. O nível de visibilidade de uma patrulha a cavalo é muito superior ao de qualquer outro tipo de patrulhamento. O militar encontra-se sobrelevado em relação a tudo o resto.

É o oposto de uma patrulha auto, que apenas observa de um plano inferior ao da estatura da pessoa média que se encontra a circular a pé, no exterior da viatura.

As pessoas apercebem-se da patrulha a cavalo a uma distância longa dado a altura a que o militar se encontra do nível do solo.

É observada a uma distância muito maior e sobressai na paisagem.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** O “patrulhamento a cavalo” é eficaz, dado o seu ângulo e alcance de observação sobretudo perante grandes aglomerados de pessoas, ou locais onde haja grandes parques de estacionamento como é o caso das zonas balneares sobretudo na época de veraneio.

É frequente que nas zonas de estacionamento automóvel ocorra imensos furtos e roubos até à chegada do “patrulhamento a cavalo”, a partir do momento em que é iniciado este tipo de patrulhamento em reforço do dispositivo local, a criminalidade relacionada com o furto no interior de veículos, vandalismo ou mesmo outro tipo de roubos deixa de ocorrer.

Pode concluir-se que uma das causas é o ângulo de visibilidade e o alcance que é muito maior, do que, o de qualquer outro tipo de patrulhamento seja patrulha auto ou mesmo a pé.

Também o facto de ser mais lenta a sair do local de patrulhamento é uma vantagem para a segurança dos cidadãos.

Posto isto, não existem dúvidas que o grau de eficiência em termos de “policiamento de proximidade” do “patrulhamento a cavalo”, é excelente.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** Sim. A população aproxima-se muito facilmente das patrulhas a cavalo, principalmente as famílias que têm junto a si as crianças.

Mesmo que os pais não tivessem vontade em se aproximar, por qualquer estigma em relação às FFSS, são os seus filhos que os pressionam a uma aproximação ao cavalo e por sua vez da patrulha, proporcionando esta situação a comunicação e o diálogo.

Caso a patrulha permaneça imóvel em certos locais por breves instantes, é frequente ver-se envolvida pela população, uma vez que é pouco usual ver este tipo de patrulhamento, daí que, a curiosidade da população aumenta significativamente.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** As pessoas só falam com as FFSS quando necessitam ou quando se sentem à vontade, com quem as escuta. A curiosidade leva as pessoas a aproximarem-se, é estabelecido o diálogo, e facilmente se parte para uma recolha de informações úteis. Uma vez que são as pessoas que habitam e frequentam os locais que bem conhecem, e que melhor se apercebem de movimentações, que para nós são importantes.

É o elemento cavalo que proporciona a aproximação, a facilidade de diálogo e por consequência a recolha de notícias que depois de trabalhadas podem ser muito úteis.

Contudo é necessário constantemente alertar os militares no sentido de registarem estas notícias e entregá-las a quem de direito.

## ENTREVISTA 5

**Nome:** Pedro Manuel Cerqueira Estrela Moleirinho

**Posto ou Grau Académico:** Major

**Função Objecto de Estudo:** Comandante de Esquadrão.

**Função Actual:** Instrutor \ Formador e Professor na Escola da Guarda e Academia Militar.

**Idade:** 42

**Género:** Masculino

**Questão nº 1: O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?**

**Resposta nº 1:** O Cavalo faz parte da idiossincrasia da GNR. O “patrulhamento a cavalo” da GNR tem carácter distintivo de todas as outras FFSS, ainda que em zonas rurais a população identifique de imediato, dado que são áreas atribuídas à Guarda. Em áreas urbanas, como é o caso de Lisboa, em que o “patrulhamento a cavalo” é em reforço da Policia de Segurança Publica, pode não ser tão bem identificado, mas a população melhor informada sabe que somente a Guarda possui solípedes.

**Questão nº 2: O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?**

**Resposta nº 2** A imagem é positiva. Em meio rural, a população está mais familiarizada com animais, ao contrário da população em meio urbano, contudo a população considera uma mais-valia e outra forma de policiar, que desenvolve um sentimento de proximidade e de segurança, bastante profundo.

**Questão nº 3: A patrulha a cavalo capta a atenção da população?**

**Resposta nº 3:** Sim. Em qualquer dos cenários. Quer em ambiente rural, urbano ou rurano.

Em meio urbano capta muito a atenção, porque as pessoas não estão acostumadas a ver cavalos na rua, causa inclusive uma certa admiração.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** Sim. Sendo menos usual poderá transmitir a ideia de maior policiamento e segurança.

Para além disso, o “patrulhamento a cavalo” abrange um maior raio de acção no mesmo intervalo de tempo do que uma patrulha a pé. É um óptimo compromisso entre o patrulhamento auto, que provoca algum distanciamento da população, e o patrulhamento a pé, que tem menor alcance. Contudo deverá ser entendido como um complemento, e como outro espectro da missão da Guarda, que contribui para um bom produto final.

A par disto a relação de custo benefício é muito positiva.

É um meio técnico que depende de um critério de utilização muito judicioso, deve ser utilizado com parcimónia, e os locais de emprego deveram ser bem definidos tal como os giros, com objectivos devidamente traçados, e jamais deverá ser banalizado e generalizado.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** Sim, em determinado tipo de criminalidade, mas não em todo.

É bastante eficaz na pro-actividade. Sobretudo quando é necessária uma aproximação mais silenciosa e maior mobilidade. Para além de que a utilização deste meio, proporciona um campo de observação muito superior.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** A população aproxima-se tanto de uma patrulha a cavalo como de uma a pé. Contudo poderá existir maior aproximação em locais onde estejam presentes crianças, ou mesmo turistas, que têm curiosidade em fazer festas aos solípedes, servindo estes últimos como uma simpática atracção. Dependendo também sempre da atitude do militar, que deve estar instruído para fazer o melhor uso deste meio.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** Possibilita somente o tipo de informações gerais que qualquer agente uniformizado tem ao seu alcance. Apesar de possuir a capacidade de abranger um maior raio de acção do que a patrulha a pé em detrimento do tempo, e sendo mais atractivo leva ao consequente dialogo, e à recolha de informações que a população poderá transmitir às FFSS.

## ENTREVISTA 6

**Nome:** Lauro Augusto Dias Marinho

**Posto ou Grau Académico:** Major

**Função Objecto de Estudo:** Comandante do 4º Esquadrão da USHE

**Função Actual:** Adjunto da Repartição de Planeamento e Coordenação da Academia Militar.

**Idade:** 37

**Género:** Masculino

**Questão nº 1:** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?

**Resposta nº 1:** Sim, sem dúvida. Considero que a população de forma geral tem conhecimento que a única força em Portugal que possui cavalos é a GNR. O facto de estarem a cavalo identifica a patrulha enquanto GNR.

**Questão nº 2:** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

**Resposta nº 2:** Sim. Fundamentalmente porque estamos na presença de um meio virado para a prevenção em vez da repressão, mas também porque estamos na presença de um meio que cria empatia com a população. Os próprios militares estão sensibilizados para interagir com a população. Por exemplo chamam as crianças para se aproximarem dos cavalos.

**Questão nº 3:** A patrulha a cavalo capta a atenção da população?

**Resposta nº 3:** Sim. Em primeiro lugar, porque é um meio invulgar, a população não está acostumada a ver cavalos no seu dia-a-dia. Em segundo lugar porque as pessoas, principalmente as crianças, ficam fascinadas ao ver os cavalos.

Desta forma as pessoas, no mínimo, têm curiosidade em conhecer, e de se aproximar dos cavalos e interagir com os patrulheiros.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** Sim. Uma patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial que uma patrulha apeada. É difícil estabelecer uma comparação com o patrulhamento auto, uma vez que os locais e o giro a patrulhar são distintos. A patrulha a cavalo está a um nível do solo muito superior (ostenta presença e permite ser observada), e é mais lenta (permite interagir), ao contrário da patrulha auto. E sendo pouco habitual, a sua presença é notada mais facilmente pela população.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** Sim. A par de outros patrulhamentos, a presença de qualquer agente de Segurança, inibe o infractor de cometer actos ilícitos. Contudo poderá verificar-se maior eficácia, dado que o “patrulhamento a cavalo” tem maior campo de observação que qualquer outro tipo de patrulhamento, e tem a vantagem de maior mobilidade em relação ao patrulhamento apeado, e maior proximidade do que o patrulhamento auto.

As patrulhas a cavalo não devem estar voltadas para a repressão, deveram ter como objectivo primordial, a prevenção. As patrulhas a cavalo apenas devem reprimir em último caso, somente quando necessário, devido ao facto das patrulhas a cavalo terem limitações a este nível.

Dado o impacto psicológico que a imponência dos solípedes causa nas pessoas, a sua eficácia na prevenção da criminalidade poderá ser significativa.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** Sim. A grande maioria da população considera curioso e fora do habitual. Sobretudo as crianças que pedem para mexer nos animais, e os turistas, muito frequentemente, para tirar fotografias junto das patrulhas.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** Sim, a patrulha a cavalo é tão eficaz como outro tipo de patrulhamento qualquer.

Contudo, dado o facto de se encontrar num plano superior, com um campo de observação maior, poderá recolher algumas informações mais facilmente. É um exemplo prático a observação para além de obstáculos, como muros, ou perante um aglomerado populacional.

A recolha de informações através da interacção com a população poderá ser favorecida, uma vez que o diálogo é iniciado com maior facilidade fruto da aproximação das pessoas aos cavalos.

## ENTREVISTA 7

**Nome:** Adriano José Torrão Cristiano

**Posto ou Grau Académico:** Capitão

**Função Objecto de Estudo:** Comandante do 4º Esquadrão da USHE

**Função Actual:** Comandante do 4º Esquadrão da USHE.

**Idade:** 32

**Género:** Masculino

**Questão nº 1:** O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?

**Resposta nº 1:** A GNR é a única Força de Segurança que utiliza esse meio, e para além disso possui dísticos em todo o fardamento que identifica a força como GNR. Retirando alguma duvida que possa existir aquando da sua aproximação.

**Questão nº 2:** O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?

**Resposta nº 2:** Sim. Os cavalos são um factor de atracção para a população, principalmente junto dos turistas e para as crianças em especial. Fruto da minha experiencia, posso afirmar que os cavalos potenciam a aproximação das pessoas à guarda. A par disto, centenas de crianças das escolas de Lisboa, visitam semanalmente o 4º esquadrão da Unidade de Segurança e Honras de Estado, ficando encantadas com a proximidade ao animal, vendo a Guarda como entidade geradora dessa oportunidade.

**Questão nº 3:** A patrulha a cavalo capta a atenção da população?

**Resposta nº 3:** Dada a sua visibilidade, e a curiosidade das pessoas, faz com que as mesmas se aproximem do guarda, desejem tirar fotografias, tocar e inclusive montar.

**Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?**

**Resposta nº 4:** Um Homem a cavalo tem evidentemente maior visibilidade que um Guarda a fazer um giro numa viatura auto. Para além de ter uma velocidade de deslocamento mais lenta, devido ao seu volume, permite que o militar sobressaia relativamente a tudo o resto. Este último factor leva também a uma maior visibilidade em relação aos militares apeados ou em motociclos.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** É eficaz sem dúvida nenhuma. Contudo a patrulha a cavalo está limitada a algum tipo de actividade policial, como por exemplo a efectuar detenções. Apesar de existir doutrina própria para as patrulhas a cavalo, para as efectuar, estas deveram estar sempre na proximidade de forças a pé ou forças auto. À semelhança do que sucede com forças de cinotecnia.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** A curiosidade que o animal desperta na população leva a que esta se aproxime. Muitas das vezes, esse factor é aproveitado inclusive para transmitir facilmente informação às pessoas, como por exemplo a distribuição de guias turísticos.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** Sim. O “patrulhamento a cavalo” consegue uma aproximação discreta da população, e permite aceder a locais de acesso condicionado a viaturas auto. Para além disto, em virtude de possuir um campo de visão mais alargado possibilita a recolha de informações com maior eficácia junto de grandes aglomerados de pessoas, ou inclusive em parques de estacionamento. Contudo a recolha de informações é limitada quando na para tal é necessária discricionariiedade, uma vez que a sua presença é de imediato denunciada, dada a sua visibilidade.

## ENTREVISTA 8

**Nome:** José Eduardo Lopes Caeiro

**Posto ou Grau Académico:** Capitão

**Função Objecto de Estudo:** Comandante do 3º Esquadrão da USHE

**Função Actual:** Comandante do 3º Esquadrão da USHE.

**Idade:** 33

**Género:** Masculino

**Questão nº 1: O “patrulhamento a cavalo” é identificado de imediato, pela população, como uma força da GNR?**

**Resposta nº 1:** Depende dos locais. Em Lisboa por exemplo, penso que a população identifica as forças a cavalo como GNR, por já patrulhar os mesmos sítios há alguns anos. Nos meios mais rurais consideram outro tipo de GNR, um tipo de Guarda que não levanta autos e que não faz detenções.

As pessoas que conhecem as diferenças entre a GNR e as outras FFSS, identificam as patrulhas a cavalo enquanto GNR.

**Questão nº 2: O “patrulhamento a cavalo” promove uma imagem positiva da GNR junto da população?**

**Resposta nº 2:** Normalmente sim, muito mais que a patrulha auto e apeada. O cavalo é um animal que as pessoas gostam, mesmo que tenham algum receio. O facto de os militares utilizarem o animal e de o terem ao seu cuidado, leva a que sejam acarinhados pelas pessoas.

Um problema que se coloca ao “patrulhamento a cavalo” quando falamos em imagem, é a chuva. O facto de o militar não se conseguir abrigar facilmente, leva a que fique com a sua farda molhada, ainda que sem necessidade, e perca um pouco a dignidade da sua imagem.

Outro grande problema é os dejectos dos solípedes. Quando a população se depara com essa situação, esquece a segurança que a patrulha a cavalo lhe confere. No entanto é uma consequência inevitável do “patrulhamento a cavalo”, que é contornável através de protocolos

com os serviços camarários. A par disto, o cavalo é um herbívoro, o que faz com que os seus dejectos se decomponham facilmente e tenham um cheiro menos desagradável.

**Questão nº 3: A patrulha a cavalo capta a atenção da população?**

**Resposta nº 3:** Sim, a patrulha a cavalo capta muito a atenção da população. Em qualquer local que passa uma patrulha a cavalo a população dá atenção à sua passagem. As pessoas, a pé ou de carro, param para observar as patrulhas a cavalo. A imagem de um militar a cavalo é retida na memória de qualquer pessoa por muito mais tempo.

Questão nº 4: A patrulha a cavalo proporciona maior visibilidade policial?

**Resposta nº 4:** Sim, mais do que uma patrulha auto ou apeada. A população não repara em patrulhas apeadas, porque são mais usuais, e quando vêem patrulhas auto, consideram-na como um deslocamento administrativo ou em deslocamento a uma ocorrência.

**Questão nº 5: A patrulha a cavalo é eficaz na prevenção da criminalidade?**

**Resposta nº 5:** Sim, a patrulha a cavalo é muito eficaz na prevenção da criminalidade. Claro que não o é, quando se fala de criminalidade organizada ou violenta. Contudo no caso das escolas, por exemplo, permite a diminuição total da criminalidade em toda a zona envolvente.

A patrulha a cavalo consegue aproximar-se sem ser ouvida, permite uma observação a longas distâncias e alterar o andamento rapidamente, o que é dissuasor para quem tem intenção de cometer actos ilícitos.

**Questão nº 6: A população aproxima-se espontaneamente da patrulha a cavalo?**

**Resposta nº 6:** Sim, tanto as crianças como os adultos pedem para fazer festas, para tirar fotografias. Quando são feitas pequenas paragens, a sua aproximação é notável rapidamente. Mesmo a fazer ordem pública em certos eventos, a população aproxima-se com intenções amigáveis.

**Questão nº 7: A patrulha a cavalo é eficaz na recolha de informações?**

**Resposta nº 7:** A patrulha a cavalo é igualmente eficaz na recolha de informações que qualquer outro tipo de patrulhamento. A população aproxima-se da patrulha para interagir com o animal, e não para dialogar com o patrulheiro, ainda que se proporcione. Contudo uma patrulha a pé tem melhores condições para dialogar com a população. Em eventos onde exista grande aglomerado de pessoas, pelo facto de estarem mais visíveis, leva a que recolham muitas informações da população que se dirige a si.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - CRIAÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA DE LISBOA



### DECRETO.

**S**ENDO muito conveniente , não só para a segurança , e tranquillidade da Cidade de Lisboa , Capital dos Meus Vastos Dominios , mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação , que á imitação das outras grandes Capitães se estabeleça hum Corpo permanente , o qual vigie na conservação da ordem , e tranquillidade pública , e que obedeça , no que toca á disciplina Militar , ao General das Armas da Provincia , e no que toca ao exercicio das suas funções , ao Intendente Geral da Policia : Hey por bem crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa , de pé , e de cavallo , para vigiar na Cidade de Lisboa , e para a guardar pela fórma , e maneira , que se regula no Plano , que baixa com este , assinado pelo Ministro , e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho , a quem Fui servido encarregar de levar á Minha Real Presença os Negocios concernentes á Inspeção da Policia da Corte e Reino ; o qual Plano em toda a sua extensão , e particularidades se entenderá formar parte deste Decreto. Assim o Mando par-

( 2 )

participar ao Conselheiro de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e ao Conselho de Guerra para se fazer executar em cada Repartição pela parte que lhe toca. O mesmo Ministro, e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Meu Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Queluz em dez de Dezembro de mil oitocentos e hum.

*Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.*

Secretaria de Estado em 2 de Janeiro de 1802.

*Manoel Travassos da Costa Araujo.*

Figura A.1: Decreto de 2 de Janeiro de 1802.

Fonte: Arquivo histórico da GNR.

## ANEXO B – ESTRUTURA DA USHE

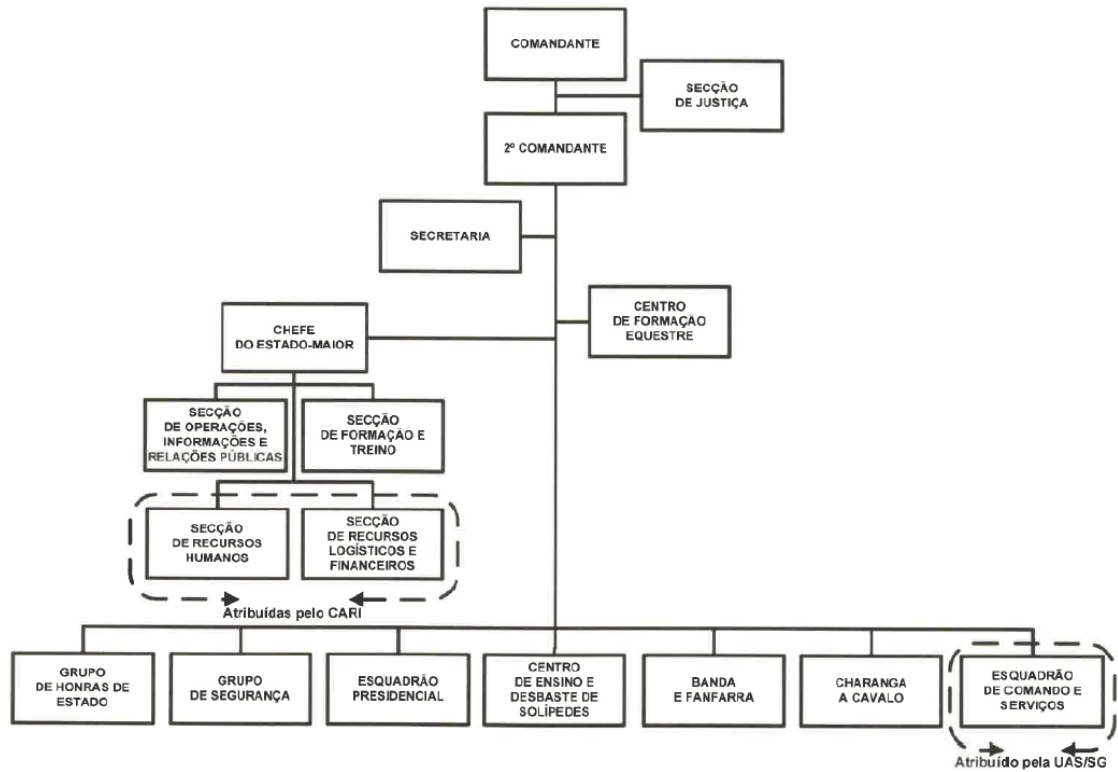


Figura B.1: Estrutura da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

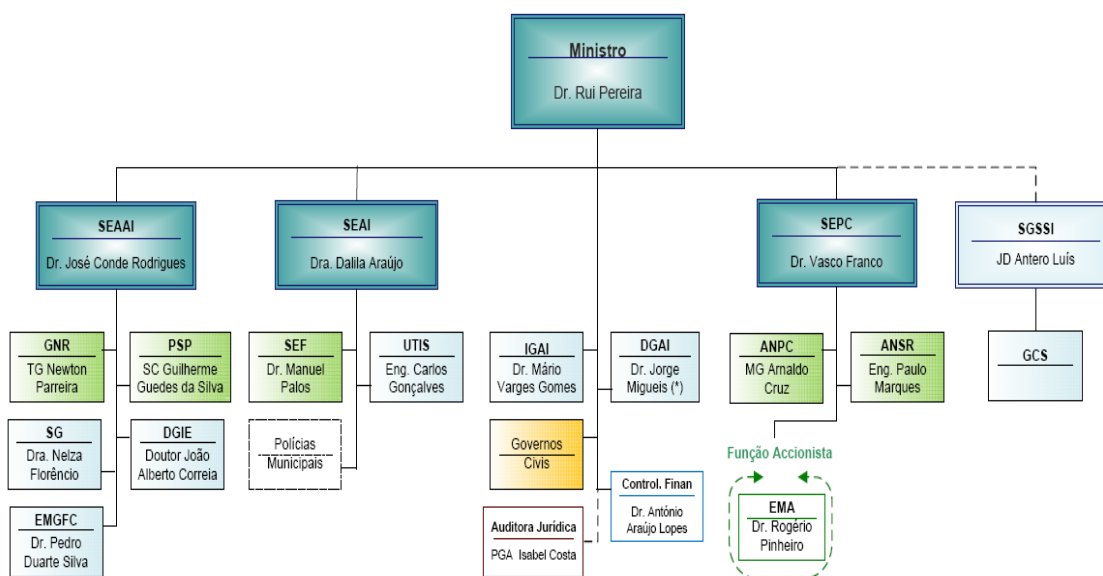
Fonte: Ordem à Guarda, Despacho 59 de 2009, p.181.

## ANEXO C – ORGANOGRAMA DO MAI



Ministério da Administração Interna

Organograma



**Notas:**

O SGSSI depende do Primeiro Ministro, mas funciona, por sua delegação, na dependência do Ministro da Administração Interna.

Os Governos Cívicos representam o Governo e dependem, orgânica e hierarquicamente, do Ministro da Administração Interna.

As competências da GNR e da PSP na área da protecção civil estão delegadas no SEPC.

Sem prejuízo da delegação de competências no SEAAI, na SEAI e no SEPC, a GNR, a PSP e o SEF estão na dependência hierárquica e orgânica do MAI.

As Polícias Municipais dependem dos Presidentes das Câmaras Municipais, cabendo à SEAI exercer as competências que a lei reserva ao MAI.

O Auditor Jurídico é um Procurador-Geral Adjunto (PGA) nomeado pelo PGR, ao abrigo do artigo 44º, do Estatuto do Ministério Público

(\*) em regime de substituição.

- Membros do Governo
- Governos Cívicos
- Serviços Centrais de Natureza Operacional
- Serviços Centrais de Suporte
- Polícias Municipais
- Controlador Financeiro
- Empresas sob controlo accionista do Estado

SGMAI / DSMQ  
Maio 2011

**Figura C.1: Organograma do Ministério da Administração Interna.**

**Fonte: Organograma/ Atribuições do Ministério da Administração Interna (Maio de 2011,p.1).**

## ANEXO D – EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NOS ULTIMOS SETE ANOS

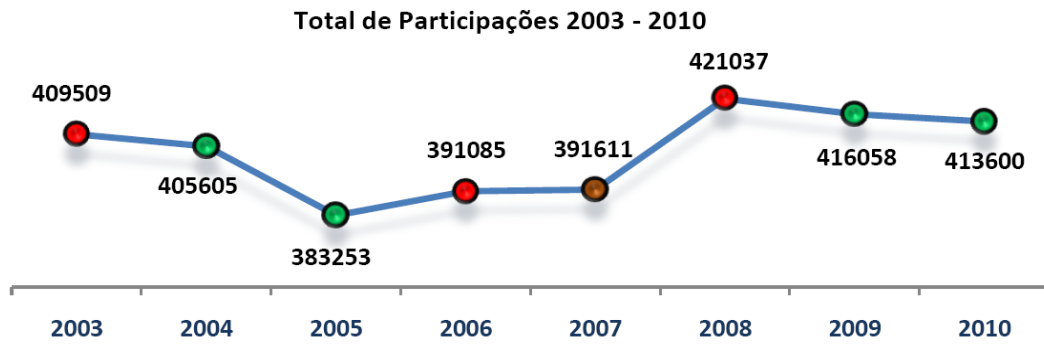


Gráfico D.1: Representativo da evolução da criminalidade geral nos últimos sete anos.

Fonte: RASI (2010, p.56).

## ANEXO E – NOTÍCIA ACERCA DO PATRULHAMENTO A CAVALO

*“Os habitantes de Covide já se habituaram à presença dos militares de Cavalaria da GNR que, nos últimos anos, no Verão, têm garantido o patrulhamento a cavalo desta zona do concelho de Terras de Bouro e parte integrante do Parque Nacional da Peneda-Gerês.*

*“Só é pena que não fiquem todo o ano” desabaça uma moradora que confessa que se sente **mais segura** com a presença destes militares, que já estão de partida.*

*O patrulhamento a cavalo reforça o policiamento no Verão, quando a região se enche de turistas e, sobretudo, de pedestrianistas, mas só abrange a primeira quinzena de Setembro, terminando hoje.*

*A patrulha a cavalo consegue chegar a locais mais isolados, onde normalmente a patrulha de carro não chega, e **afugenta algumas pessoas suspeitas**, em particular, nas zonas florestais.*

*A guarda Gomes, um dos seis militares do 4.º Esquadrão de Cavalaria de Lisboa que esteve em Terras de Bouro nas últimas três semanas, relata que, no terreno, são os pastores e os turistas quem mais encontram, mas também “algumas pessoas descuidadas que gostam de fazer fogueiras no meio da floresta, quase sempre para fazer churrasco”.*

*A prevenção de incêndios é uma das missões da GNR a cavalo. “Corremos os montes todos aqui à volta, até Vilarinho da Furnas “explica a guarda Gomes, que acrescenta que a esquadra anterior viveu situações mais complicadas no que toca a incêndios e chegou a alertar para o início de algumas ocorrências. A patrulha a cavalo também ajuda pessoas em dificuldade, sobretudo turistas que se desviam dos trilhos.*

*A guarda Gomes reconhece que este tipo de patrulhamento “mais próximo” é bem aceite pelas populações. “As pessoas ficam contentes com a nossa presença, **sentem-se mais protegidas**”. Tal como alguns populares questionados pelo “Correio do Minho”, Também o Comandante do Posto Territorial da GNR de*

*Terras de Bouro, Ajudante Amaro, defende que o patrulhamento a cavalo “havia de ser permanente e não sazonal”, porque “é o verdadeiro policiamento de proximidade”.*

*É neste contacto mais directo que se sentem “as dificuldades e as queixas das pessoas”, vinca.*

*A esquadra de Cavalaria – este ano com seis militares de Lisboa e cavalos do Porto – fica alojada no centro Interpretativo do Garrano, em Covide, instalações cedidas pela Câmara Municipal de Terras de Bouro que, desde o início, se tem mostrado receptiva a acolher este reforço de policiamento no Verão.”*

(Costa, 2010)

## ANEXO F – ÁREAS DE ACTUAÇÃO DO PATRULHAMENTO A CAVALO EM LISBOA

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA/REGIMENTO DE CAVALARIA SECÇÃO DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES											
PATRULHAMENTO CIDADE DE LISBOA											
EE	PAT.	ÁREA (PSP)	GIRO	LOCAL	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
3º E	A CAVALO	LISBOA	1	CAMPO GRANDE	08H00/13H00	08H00/13H00	13H00/18H00	08H00/13H00	14H00/19H00	14H00/19H00	13H30/18H30
			3	ALAMEDA				15H00/20H00			
			5	CHELAS			08H00/13H00				
			7	CHELAS		08H00/13H00					
			9	MARVILA					14H00/19H00		
			25	PARQUE DAS NAÇÕES	14H00/19H00	14H00/19H00	14H30/19H30	08H00/13H00	08H00/13H00	08H00/13H00	13H30/18H30
			27	LUMIAR	13H30/18H30						
4º E	A CAVALO	LISBOA	2	PARQUE EDUARDO VII	14H00/19H00	14H00/19H00	13H00/18H00	14H00/19H00	14H00/19H00	14H00/19H00	14H00/19H00
			4	ESTÁDIO NACIONAL	08H00/13H00						
			6	ESTÁDIO NACIONAL (ZA)		08H00/13H00					
			8	AJUDA – STº AMARO			13H00/18H00				
			10	AJUDA – RESTELO				13H00/18H00	08H00/13H00		
			18	UNIVERSIDADES/AJUDA	13H00/18H00	13H00/18H00	08H00/13H00	13H00/18H00	08H00/13H00	13H00/18H00	13H00/18H00

Mapa Amarelo – 06MAR07

**Figura F.1: Mapa Semanal do Patulhamento a Cavalo na Cidade de Lisboa.**

**Fonte: Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da USHE.**